

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA DO**  
**TRABALHO**

**LULA E A REFORMA SINDICAL**

**ALUNO: CARLOS JOSÉ ZIMMER**

**ORIENTADOR: ARMANDO VAZ SAMPAIO**

**Curitiba (PR)**

**2003**

**CARLOS JOSÉ ZIMMER**

## **LULA E A REFORMA SINDICAL**

**Monografia apresentada ao  
Módulo: Técnicas de Pesquisas,  
Como requisito parcial à conclusão  
Ao Curso de especialização em Economia do Trabalho  
Setor de Pesquisas Econômicas  
Universidade Federal do Paraná**

**Orientador: Armando Vaz Sampaio**

**CURITIBA  
2003**

**À minha esposa Cláudia,**

**Que soube me compreender em todos  
os momentos que freqüentei as aulas e me dediquei á construção  
desta monografia.**

**Todas as sextas feiras e sábados dedicados e ainda  
nos casamos durante o período em que freqüentava as aulas e mesmo  
assim ela me apoiou, sempre me incentivando e o melhor:  
me cobrando: quando fica pronta sua monografia?**

## **AGRADECIMENTOS**

**Aos meus filhos,**

**Carlos Junior que mesmo ausente, em Cuba, se preocupou com meu  
empreendimento**

**Eduardo que me conduziu "literalmente" aos estudos, me dando carona**

**Fernando, o caçula, que soube "se virar" sem mim, reconhecendo minha  
empreitada.**

**Agradeço ainda ao Gladir, Presidente da Federação dos Bancários do Paraná, que  
me indicou para realizar a especialização e a meus colegas diretores que supriram  
minhas ausências, tanto na assiduidade das aulas como nas pesquisas.**

Eu digo sempre para os meus amigos sindicalistas assim: o tempo de ser sindicato apenas de contestação já passou, e eu, possivelmente, tenha me notabilizado por isso. Agora, a História está a exigir tanto dos trabalhadores como dos empresários uma outra cabeça. Uma outra forma de comportamento. Ou seja, a solução dos problemas da sociedade brasileira passa pelo fato de vocês se entenderem. Para discutir, desde a geração de postos de trabalho a direitos, que têm que ser mantidos. Outros têm que ser reformulados. Há tratamentos diferenciados entre empresas, em função dos seus tamanhos. Eu levei muitos anos para conseguir fazer com que os empresários fizessem acordo por categoria econômica. Muito tempo. Não foi fácil.

Então, eu quero dizer aos meus amigos sindicalistas, aos meus amigos empresários que estão aqui presentes, aos políticos, Deputados, Senadores, aos representantes do Poder Judiciário, que este é o momento histórico que nos dá a oportunidade de dizer se nós evoluímos ou não, se nós nos modernizamos ou não e se nós queremos estar aparelhados ao que existe de mais moderno no mundo ou não, se nós queremos continuar a defender uma estrutura que favorece sempre menos gente e cada vez menos gente.

Lula

## SUMÁRIO

	RESUMO	07
1	INTRODUÇÃO	08
2	CONCEPÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO	10
2.1	HISTÓRICO	13
2.2	CRONOLOGIA	14
3	LULA E A REFORMA SINDICAL	23
4	PESQUISA SINDICAL DO IBGE	26
5	CDES – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	35
5.1	Consenso	38
5.2	Recomendações	38
5.3	Sugestões	39
6	FNT – FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO	41
7	CNDRT – COMISSÃO NAC. DO DIREITO E RELAÇÕES DO TRABALHO	43
8	A PROPOSTA DE REFORMA ANTES DA REFORMA	46
9	A CONVENÇÃO 87 DA OIT	47
10	PEC’S – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL	57
11	O DEBATE DOS UNICISTAS COM OS PLURALISTAS	80
12	UNICIDADE SINDICAL	81
13	PLURALIDADE SINDICAL	84
14	CONFERÊNCIA ESTADUAL DO TRABALHO DO PARANÁ	87
15	A QUESTÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS	92
16	CUSTEIO DAS ENTIDADES	94
17	O OUTRO LADO – A ORGANIZAÇÃO DOS TRAB. E EMPRESÁRIOS	98
18	FST – FORUM SINDICAL DOS TRABALHADORES	99
19	FORUM SINDICAL PARANÁ	101
20	FORUM SINDICAL SUL	103
21	CONCLUSÃO	107
22	REFERÊNCIAS	109

## RESUMO

Neste trabalho - Lula e a Reforma Sindical - buscamos relatar o que está acontecendo no Brasil neste momento, ou seja, a pretensão de reforma na estrutura sindical e a resistência de segmentos que não a negam mas que desejam manter a estrutura atual. Não existem vencedores nem vencidos, o que se precisa é fomentar o debate e buscar a melhor alternativa para a relação capital e trabalho no país, enquanto não chegamos a uma sociedade salarial. O debate mostra o amadurecimento da questão sindical na nação, envolvendo os diversos atores do processo, principalmente os trabalhadores que são os mais atingidos com a reforma. O que é mais importante no processo, sem dúvida é o desnudamento da questão sindical que é vista como uma espécie de tabu pela sociedade brasileira. Tabu esse apregoado pelos resquícios de ditadura existentes na nação e pelo poder da mídia.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a posse do novo Governo no país, muitas são as expectativas, principalmente diante do slogan de campanha no segundo turno, de que “a esperança venceu o medo”. O ser humano é por sua natureza fisiológico, no sentido de que buscar resultados. Resultados que tragam benefícios imediatos, principalmente diante do fato de que a elite no Brasil foi derrotada nas urnas. Isso eleva a auto-estima do cidadão e cria uma espécie de expectativa em relação ao novo governo.

O tempo vai passando e as expectativas começam a ficar mais longe do que se espera, criando um certo estado de desesperança, ou seja, as coisas parecem que não vão acontecer. O imediatismo toma conta da população, aliado ainda ao fato de que a elite não está morta e sim atuante e desta feita como oposição. O Governo pregou reformas e veio disposto a executá-las. Um Governo anterior que por dois mandatos representava num primeiro momento a esperança, logo se afina com o discurso liberal, travestido de social democrata, não consegue executar as reformas, mas é reeleito, procurando resgatar o último milésimo de esperança do povo.

No momento em que as alianças para eleger Lula são progressistas, mas progressistas no sentido de que o “comunista” se alinha a um partido religioso, o povo começa a acreditar e o marketing é certo, traz à nação um governo disposto, ou pelo



menos mostrando a disposição de que vai efetuar as reformas necessárias para tirar o país da estagnação e colocá-lo em seu devido lugar.

Nessa conjuntura, depois da reforma previdenciária e tributária, que a propósito, mostraram a força do governo e, além disso, sua disposição de realizá-las, mostrando sua capacidade de alianças, deixa os segmentos sindicais numa expectativa maior. Agora a coisa vêm, esse é o discurso, principalmente dos segmentos conservadores do sindicalismo e daqueles que se utilizam dele para se projetarem. A personificação do sindicalismo está ameaçada. As velhas estruturas começam a balançar. As “teias de aranha” começam a estremecer.

Talvez algumas falhas na condução do processo de reforma sindical, possam atrapalhar ou retardar o processo. Mas isso é óbvio, pois cada partido quando eleito, indica seus pares para governar e os pares de Lula neste momento são totalmente favoráveis à reforma sindical de uma forma a contemplar o que de mais avançado existe no globo terrestre. Poucos têm o discernimento de ler que o Brasil tem apenas um século de vida sindical. Compará-lo aos países europeus não é salutar. Mas a cena está montada. O conselho consultivo, o fórum, os maiores pensadores do país estão sendo convocados para o debate. É neste contexto que Lula inicia a Reforma Sindical e é neste contexto que abrimos as cortinas para desnudá-la.

## **2. CONCEPÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO**

O sindicalismo no Brasil nasceu livre, como pode ser conferido em sua história. Além de livre, nasceu autônomo, lutador e consciente de sua árdua missão. Na sua concepção o movimento sindical brasileiro foi liderado pelos anarquistas e comunistas, estes vindos da Europa. Diante disso, desde sua concepção, as Leis editadas pelos governantes sempre buscaram moldar o movimento sindical, chegando a ponto de inibir a participação de estrangeiros, quando condicionou a participação de dirigentes sindicais, somente para brasileiros natos. As inúmeras tentativas de inibir a ação sindical são corriqueiras na história.

Além disso, a conjuntura política e econômica, tanto de nosso país como a internacional, levaram o movimento sindical a divisões, rachas. Com o advento do neoliberalismo, vieram questões que minaram por vez o movimento, entre elas destacamos: abertura comercial, privatização de mercadorias e serviços, desregulamentação do mercado de trabalho e redução nos gastos sociais do Estado. No momento em que se precisou de coesão, estava enfraquecido. Nos dias atuais o movimento sindical não está preparado para enfrentar as alterações dinâmicas do capital. Salvo raras exceções, a organização dos trabalhadores é precária, ficando à mercê dos detentores dos meios de produção, os quais em muitas vezes têm em suas mãos os dirigentes.

A cooptação dos dirigentes pode ser vista como um fator preponderante do estado letárgico em que se encontra o sindicalismo em nosso país. Esse estado pode ser reflexo da falta de reciclagem e até mesmo politização dos dirigentes. O uso da estrutura sindical como “trampolim” para buscar a locupletação acontece ainda hoje. A falta de ideologia e até mesmo o envolvimento político dos dirigentes com certeza são pontos concretos do descrédito do sindicalismo. O envolvimento de líderes sindicais em manchetes que denigrem a imagem dos demais e do próprio movimento, deveriam ser tratadas com austeridade. Muitos líderes sindicais não vêem o sindicalismo como uma forma de manifestação política. O sindicalismo serve para objetivos políticos e como tal deveria ser tratado.

O descrédito do sindicalismo hoje por parte da classe trabalhadora e principalmente pela sociedade deveria ser tema de um amplo debate sindical. Em momento algum se preocupou em readquirir a confiança dos representados e do povo espectador. Essas iniciativas deveriam fluir diretamente dos dirigentes. O movimento vive hoje, podemos dizer, de saudosismo, ou seja, das glórias e enfrentamentos do passado.

Com esse quadro, é eleito Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, um ex-dirigente sindical que assume o Governo prometendo reformas e entre elas a reforma Sindical e Trabalhista.

Já se passaram alguns meses desde a posse do ex-sindicalista e já temos muito sobre a reforma sindical. Mesmo antes da posse do novo governo, na transição, o então Senador José Eduardo Dutra, relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal dá parecer favorável a ratificação da Convenção 87 da OIT – Organização Internacional do Trabalho que entre outras coisas prega a liberdade e autonomia sindicais. Além disso, o Presidente eleito, cria o CDES – Conselho de desenvolvimento

Econômico e Social com o objetivo de discutir as reformas propostas, entre elas logicamente a sindical. Esse Conselho tem caráter meramente consultivo e é formado por pessoas notáveis da nação, escolhidas a dedo pelo Presidente da República. Forma-se ainda o FNT – Fórum Nacional do Trabalho que tem por objetivo discutir exclusivamente a relação sindical e trabalhista no Brasil. Com esse quadro instala-se uma batalha no meio sindical, de um lado os pluralistas que defendem a Convenção 87 da OIT e de outro lado os unicistas que defendem a manutenção do conceito de categorias e sindicato único.

O movimento sindical brasileiro está num processo de reforma. Muita maturidade deve existir para se construir um sistema sólido. Vai depender e muito da boa vontade dos dirigentes em construir uma democracia sólida. Além dos sindicalistas, os parlamentares terão a palavra final no processo. Uma coisa é certa, somente com a construção de um sistema forte e imparcial poderemos ver a nação brasileira isenta das intervenções internacionais.

## 2.1 Histórico

As primeiras manifestações sindicais no Brasil ocorreram mais de um século depois da existência do sindicalismo europeu. Aquele sindicalismo já tinha história de reivindicações, ideologias, projetos políticos e articulação internacional. O sindicalismo brasileiro, com seu nascimento tardio está associado a dois fatores: 1) processo de formação do Estado brasileiro e 2) o regime de escravidão no país (1). Existem registros de que mesmo no regime escravista foram criadas a “Liga Operária” em 1870 e a “União Operária dos Trabalhadores do Arsenal da Marinha” em 1880. Apontando Evaristo Moraes Filho que essas foram associações pioneiras de reivindicação trabalhista (2). Temos relatos ainda de movimentos políticos anteriores a esse período que tiveram cunho logicamente de reivindicação e não podemos negar que foram precursores da organização dos trabalhadores e do movimento sindical. Entre esses movimentos destacamos (3):

1602 – Palmares, refúgio escravo que se estendeu até 1695;

1831 – Setembrada e Novembrada;

1833 – Levante de Ouro Preto;

1837 – Sabinada;

1838 – Balaiada;

1835 – Cabanagem até o ano de 1840;

1835 – Guerra dos Farrapos até o ano 1845;

1842 – Revolução Liberal;

1889 – Revolução Praieira;

1889 – Proclamação da República;

## 2.2 Cronologia

1824 – A Constituição deste ano em seu artigo 179, inciso 25, em nome da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros vedava expressamente a possibilidade de organização sindical, determinando que “ficam abolidas as corporações de ofício, seus juizes, escrivões e mestres”.

1870 – Fundação da Liga Operária, que propugnava pelos direitos trabalhistas e o trabalho livre.

1880 – Criada a União Operária com o propósito de aglutinar os trabalhadores e buscar a ampliação dos direitos dos mesmos e a ampla liberdade do trabalho.

1888 – Libertação dos escravos, marco para o início da organização sindical brasileira. Desse ano em diante o Brasil passa de uma sociedade escravocrata para um patamar onde é possível ser buscada uma organização dos trabalhadores.

1890 – Edição do Decreto 1.162 pelo Governo Republicano Provisório com o intuito de “proteger o trabalho e garantir a liberdade dos contratos”. Esse Decreto garantia a qualidade dos contratos individuais de trabalho, duríssimas condições e aviltantes níveis salariais e tinha o objetivo anti-sindical de impedir as coalizões, forma de organização do nascente sindicalismo brasileiro.

1891 – Por obra dos anarquistas, a Constituição da Primeira República, em seu artigo 72, parágrafo 8º praticamente criou de direito e de fato o movimento sindical no Brasil quando cita: “A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública”.

1893 – A Lei 173 (setembro de 1893) oficializava e regulava o direito de associação “para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou simples recreação”.

1903 – Decreto 979 concedeu a legalidade sindical para os trabalhadores na agricultura e indústrias rurais. Esse Decreto foi fruto da luta dos colonos italianos em São Paulo. Fundação da Sociedade União dos Foguistas. O país sendo basicamente agrícola, nada mais obvio que regulamentar o trabalhador do campo. Diante disso com a edição desse decreto, partiu-se para uma legislação de abertura nesse setor. A exemplo de países europeus, como a França, a organização rural foi o apêndice para a urbana. Somente três anos mais tarde, no Brasil foi autorizada a organização urbana.

1904 – Edição da Lei 3.724 que trata dos acidentes de trabalho e moléstias profissionais.

1906 – Realização do I Congresso Operário Brasileiro que recomendou a luta pela jornada de oito horas, sendo deflagrada uma greve dos ferroviários Paulistas. Neste ano ainda foi criada uma central sindical, a COB – Confederação Operária Brasileira, além de Federações. Criação da Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas.

1907 – Decreto 1.637 (05.01.1907) concedeu permissão para a criação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. O pano de fundo era utilizar os sindicatos como mecanismo institucional para promover o cooperativismo nacional. Vale neste ponto destacar que iniciou no país um grande debate, principalmente no Congresso, onde, a elite intelectual e política discutia o tema. A consagração do caráter de pessoa de direito privado do sindicato, relacionado com o Governo, de forma respeitosa e preservando-se sua autonomia, além da liberdade de sindicalização. Os limites das entidades eram tão amplos que permitia aos mesmos representar a categoria profissional e econômica, levando a lei a outorgar direito de conciliação e arbitragem de dissídios.

1914 - Com o Tratado de Versailles, é iniciado um período de valorização do movimento trabalhista. O Brasil integra-se a OIT – Organização Internacional do Trabalho. O país começa a se preocupar com a questão do trabalho perante a comunidade internacional.

1917 – Fundação da União dos Operários em Fábrica de Tecidos.

1919 – Texto normativo passa a regular as obrigações decorrentes do acidente do trabalho, enquanto os trabalhadores, principalmente do transporte público e portuários realizam passeatas buscando suas reivindicações, entre elas o reajuste salarial, redução da jornada, repouso e previdência.

1922 – Semana da Arte Moderna, o Levante dos 18 do Forte, o movimento tenentista até o ano de 1925.

1923 – Decreto Legislativo nº 4.982 (Lei Eloy Chaves 24.01.1923) que criou as primeiras caixas de aposentadoria e pensões.

1925 – Decreto Legislativo 4.982 (dezembro), assegurou quinze dias de férias a várias categorias profissionais sem prejuízo de seus salários. No ano seguinte, as associações empresariais paulistas reagiram enviando ao Presidente da República um memorial visando dissuadi-lo da idéia, no qual afirmava, segundo Luiz Werneck Vianna (4):

“Que fará um trabalhador braçal durante 15 dias de ócio? Ele não tem o culto do lar, como ocorre nos países de padrão de vida elevado. Para nosso proletariado, para o geral de nosso povo, o lar é um acampamento – sem conforto e sem doçura. O lar não pode prendê-lo e ele procurará matar as suas longas horas de inação nas ruas. A rua provoca com freqüência o desabrochar de vícios latentes e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo, inculto, preso fácil dos instintos subalternos que sempre dormem na alma humana, mas que o trabalho jamais desperta!”.



De 1925 até 1927 atuou a coluna Prestes e foi formado o PCB – Partido Comunista Brasileiro.

1926 – Aprovada uma Emenda Constitucional de número 22 que estabelecia no artigo 34, da Constituição de 1891, a competência do Congresso Nacional, legislar sobre o trabalho. Esse passo mostrou claramente o resultado de um trabalho constante das classes operárias, talvez um pouco desconexas mas já conscientes do que queriam.

1928 – O Decreto 5.485 de junho deste ano, estabelece os seguros de enfermidade e morte ao pessoal não contratado das empresas radiotelegráficas e telegráficas.

1930 – Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que tinha o objetivo de supervisionar a questão social e fiscalizar a Previdência. Com a vitória da Revolução, o sindicalismo brasileiro, começou a ser golpeado por um processo de desmantelamento. O novo Governo passa a ter a questão como preocupação central. Diante disso, um mês após a revolução, o Decreto 19.443 de novembro de 1930, cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com o propósito de presidir a questão social, oferecendo legislação capaz de assegurar proteção aos trabalhadores.

1931 – Decreto-Lei 19.770 iniciando o atrelamento do sindicato ao estado, esse decreto exigia a carta de reconhecimento sindical que deveria ser expedida pelo Ministério do Trabalho. Esse decreto dava autoridade ao Poder Público de regulamentar a sindicalização das classes patronais e trabalhadoras. Nesse ponto, começou a confundir-se as funções dos sindicatos com as tarefas da máquina estatal, por ser o decreto minucioso ao ponto de determinar requisitos prévios para associação. Interferia na forma de administração sindical, limites de atuação, proibição de reforma estatutária, sem a aprovação ministerial.

1934 – Decreto-Lei 24.964 que concedeu aos sindicatos oficiais prerrogativas de autonomia relativa, sob organização pluralista; criou a representação classista de empregados e empregadores junto à Câmara dos deputados e a competência exclusiva de poder exigir das empresas o cumprimento das leis trabalhistas. Neste ano é editada a primeira Constituição brasileira que tratou da questão social, implantou a pluralidade sindical e inscreveu o princípio do salário mínimo, determinou que a legislação do trabalho observasse a proibição de diferença de salário por motivo de idade, sexo, estado civil ou nacionalidade, entre outros benefícios. A pluralidade assegurou a plena expressão das diferentes correntes, inclusive às minoritárias. Até hoje é feito esse debate em nosso país, ou seja, qual a estrutura sindical melhor para o sistema sindical brasileiro.

1935 – Surge a Aliança Nacional Libertadora – ANL, liderado pelo Partido Comunista.

1937 – O estado Novo impõe novas leis sindicais, entre as quais a abolição ao direito de greve.

1939 – Decreto-Lei 1.402 cria a figura de Associação Profissional como etapa prévia e indispensável para a constituição dos sindicatos reconhecidos pela carta sindical.

1940 – Decreto-Lei 2.377 cria o imposto sindical. Neste ano ainda é editado o Decreto-Lei 2.381 que trata do enquadramento sindical de natureza corporativa. Inscrição no Código Penal, enquadrando a greve como crime contra a organização do trabalho. O Decreto 6.596, deste ano, em seu artigo 159, estabelecia que o ajuizamento do dissídio coletivo, seria de competência tanto de empregado e/ou empregadores isoladamente considerados e também dos sindicatos.

1943 – Decreto-Lei 5.452 cria a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

1945 – O Decreto lei 7.321 a prerrogativa de ajuizamento de dissídio é exclusiva de organizações classistas.

1946 – Com a nova Constituição, a qual tinha o perfil liberal nos ordenamentos econômicos e políticos, mas intervencionista na ordem social, mantendo intocado o sistema sindical corporativo da Constituição anterior. Neste ano foi criada pelos comunistas a CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, levando os sindicatos atrelados ao governo a articularem a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores.

1948 – a CGTB é posta na ilegalidade. A OIT aprovou, em sua 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em São Francisco, EUA, a Convenção 87, sobre a Liberdade Sindical e Proteção do Direito Sindical.

1953 – até o ano de 1959 funcionou o PUI – Pacto de Unidade Intersindical.

1954 – O sindicalismo conseguiu rearticular-se a ponto de conquistar o 13º salário, o salário família e a Lei 3.807 – Orgânica da Previdência Social.

1961 – Até 1964 foram criados alguns organismos fora da estrutura oficial, com natureza horizontal e comando unificado, como exemplos citam o PUA – Pacto de Unidade e Ação, o CGG – Comando geral de Greve, Ligas Camponesas e CGT – Comando Geral dos Trabalhadores.

1963 – Foi lançada a UST – União Sindical dos Trabalhadores de inspiração governista. Nessa época foram criadas organizações intersindicais de caráter local ou setorial. As mais expressivas foram o FSD – Fórum Sindical de Debates em Santos e o CGF – Comando Geral dos Ferroviários, ambos de esquerda. Do lado conservador, de direita foram criados o MRS – Movimento Renovador Sindical e o MSD – Movimento Sindical Democrático.

1964 – Com o Regime Militar a partir desse ano, aconteceu novo processo de desmonte do movimento sindical. Os organismos parassindicais foram colocados na ilegalidade.

Quase todas as Confederações, a maioria das Federações e os mais importantes sindicatos sofreram intervenção governamental, com a destituição de suas diretorias eleitas. Foram editados os Atos Institucionais nºs 1 e 2 e juntamente com o SNI – Serviço Nacional de Informação, foram instrumentos implacáveis contra os dirigentes sindicais.

1965 – Lei 4.725 juntamente com a Lei 4.903 instituíram a política salarial, iniciando deliberadamente o maior processo de transferência de renda dos assalariados para o setor público e deste para o privado, a tal ponto que, entre 1965 e 1995, os salários reais caíram a menos de 50% do valor real que tinham em 1962.

1966 – Editada a Lei 5.107, acabou com a proteção contra dispensa imotivada que havia sido conquistada em 1923 com a Lei Eloy Chaves. Foi instituído o FGTS, sendo que a demissão sem justa causa foi institucionalizada. Recomeça o movimento pela criação das Centrais Sindicais.

1972 – Realizada no Rio de Janeiro a III Conclap – Conferência Nacional das Classes Produtoras. Todos os setores patronais estavam representados. Esse fato fomentou a proposta dos trabalhadores de criarem uma Central Operária.

1974 – Até o ano de 1979, através da portaria 3.337 do MT, foi proibida a existência de Central Sindical. No ano de 1974 o Movimento Sindical, apesar da censura e repressão, ajudou o MDB na eleição desse ano, elegendo ampla maioria no Senado, Câmara federal e Assembléias Legislativas.

1975 – Morte do jornalista Vladimir Herzog nos porões do DOI-CODI.

1976 – Morte do operário Manoel Fiel Filho, somada à morte do jornalista, forçam a abertura democrática no país.

1977 – Com a abertura política do Presidente Geisel, aconteceu o renascimento do movimento sindical, começando nesse período a luta pela criação das centrais sindicais. Realiza-se o IV Conclap.

1978 – Editado o Decreto-Lei 1.632 que proibiu a greve nos serviços públicos em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Greve no ABC Paulista.

1979 – Greve no ABC Paulista, engajamento da Igreja progressista, eleição de governadores de oposição nos estados de RJ, SP e MG, dão novo fôlego a favor da democracia.

1981 – Realiza-se o I Conclat, que cria a Comissão Nacional Pró-Central Única.

1983 – Cisão na Comissão Nacional Pró-Cut, rompimento com a estrutura oficial do sindicalismo, leva à criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores. No mesmo ano é criada a Conclat, representativa de tendências que não aderiram à CUT. O DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar é criado, com o intuito de organizar a luta no Congresso Nacional.

1984 – Fundada a CAT – Coordenação Autônoma de Trabalhadores.

1985 – Criada a USI – União Sindical Independente, representativa da tendência conservadora, de direita. Foi revogada a portaria 3.337 que proibia a existência das centrais e neste mesmo ano, através de Resolução, o Governo promove a reabilitação dos sindicalistas punidos. A Portaria 3.117 permite aos sindicatos elaborarem seus próprios estatutos.

1986 – A Conclat é transformada na Central Geral dos Trabalhadores.

1988 – A nova Constituição restabeleceu o princípio da liberdade sindical, igualmente da Constituição de 1934, isto é, com liberdade parcial. A Constituição prega a livre associação profissional ou sindical no regime de unicidade sindical. Neste ano os

funcionários públicos adquirem o direito à sindicalização e greve. Cisão no interior da CGT, que se divide em duas – a Central e a Confederação Geral dos Trabalhadores.

1989 – Consenso de Washington – marca uma nova era onde a modernidade é a palavra de ordem. Os sindicatos estavam despreparados para enfrentar a nova luta, globalização, robotização, blocos econômicos, terceirização, privatização, economia informal e flexibilização das relações do trabalho.

1991 – Nova cisão na CGT, é criada a Força Sindical.

1994 – CUT, CGT – Confederação e Força Sindical se filiam a CIOLS – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, de tendência social-democrata. A outra CGT se filia à FSM – Federação Sindical Mundial.

1995 – A CAT transforma-se em central, filiando-se a CMT – Confederação Mundial do Trabalho.

1997 – Criada a SDS – Social Democracia Sindical, como dissidência de setores da Força Sindical e CGT – Confederação.

1998 – Governo Federal edita a PEC 623 propondo alterar a forma de custeio, estrutura e patrimônio sindical.

2002 – A CCJ do Senado Federal, através de seu relator, dá parecer favorável à ratificação da Convenção 87 da OIT.

2003 – Assume a Presidência da República ex-dirigente sindical, com a maior votação de um Presidente em nosso país. Com o slogan de que a esperança vence o medo, o Presidente eleito vem propondo reformas, entre elas a reforma da estrutura sindical.

### **3. LULA E A REFORMA SINDICAL**

Não somente após a eleição, mas no programa do PT – Partido dos Trabalhadores já se apregoava uma reforma na estrutura sindical. A proposta era de que além de uma legislação que garantisse os direitos mínimos da classe trabalhadora, os representantes deveriam fazer parte de sindicatos livres, autônomos, representativos e acima de tudo independentes.

Com essa proposta, Lula inicia um amplo debate na sociedade. Para isso precisa criar aparelhos para organizar esse processo. No primeiro dia de seu Governo, através de Medida Provisória nº 103, cria o CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que tem caráter consultivo e terá a incumbência de assessorar o Presidente da República na implantação de um novo Contrato Social no Brasil. Formado por segmentos corporativos da sociedade, o objetivo de Lula é ouvir a nação. O CDES tem a tarefa de discutir todas as reformas propostas pelo Governo.

Posteriormente cria o FNT – Fórum Nacional do Trabalho, em 29 de julho de 2003, o qual tem a finalidade de discutir especificamente a questão trabalhista e sindical no país. O FNT é composto de forma tripartite por 21 representantes do Governo, 21 representantes dos trabalhadores e 21 representantes dos empregadores.

Como forma de envolver todos os atores no processo de discussão da questão sindical, o Governo organiza as Conferências Estaduais do Trabalho, através das Delegacias Regionais do Trabalho – DRT's em todo o país, que têm o objetivo de dar subsídios ao FNT.

A construção desse novo modelo com certeza terá como pressuposto o reconhecimento das instituições representativas tanto de trabalhadores como de empregadores. Com esse modelo buscar-se-á o diálogo e o entendimento para consensuar as contradições inerentes às relações do trabalho. Como consta no programa, o Governo já sinalizou que pretende adotar um sistema de organização referenciado na liberdade e autonomia sindical, preconizado nos instrumentos normativos da OIT – Organização Internacional do Trabalho sobre o tema. O Governo deixa claro ainda que efetuará mudanças no sistema confederativo, na unicidade sindical, na contribuição sindical, tanto a compulsória como a confederativa e o poder normativo da Justiça do Trabalho.

Com esse desenho, começam os problemas, pois nem todos compactuam das propostas reformistas, apesar de que o Governo insiste em afirmar que qualquer mudança será levada a termo após amplo debate com os atores interessados.

No momento em que o Governo inicia o debate com um discurso de que o atual sistema sindical brasileiro é anacrônico, cai por terra todo o crédito de que haveria um amplo debate e todos seriam ouvidos. Nesse momento cada um busca seus interesses, para salvaguardar suas estruturas e suas entidades. Dentro desse contexto, citamos as centrais sindicais, sem o reconhecimento legal na Constituição Federal de 1988, mas com reconhecimento político, tanto pelo governo como pelos trabalhadores e empregadores.

A atual estrutura sindical, contida na Constituição Federal de 1988, está baseada em sólidos pressupostos, derivados da longa prática sindical brasileira, estabelecendo, sinteticamente:



- 1) liberdade de associação profissional ou sindical e liberdade de filiação sindical (art.8º e inciso V, combinado com o art.5º, incisos XVII a XXI da Constituição Federal);
- 2) liberdade para fundação de sindicato, com obrigatoriedade de registro no órgão competente (Ministério do Trabalho, segundo decisão do STF);
- 3) vedação ao poder público em interferir e intervir na organização sindical;
- 4) unicidade sindical, em qualquer grau, dos setores profissionais e econômicos;
- 5) representação da categoria profissional ou econômica e não apenas dos associados;
- 6) base territorial definida pelos trabalhadores, mas limitada ao município, o que impede a formação de sindicato por empresa(s);
- 7) sistema confederativo de representação sindical (sistema vertical de confederação, federação e sindicato);
- 8) representação da categoria profissional e econômica judicial e extrajudicialmente;
- 9) arrecadação de fundos sindicais diretamente dos trabalhadores e possibilidade de fixação, em lei, de descontos nos salários dos empregados e de contribuições financeiras das empresas em favor do sistema confederativo;
- 10) obrigatoriedade da participação da entidade sindical nas negociações coletivas de trabalho, sendo as convenções e acordos coletivos de trabalho direitos fundamentais dos trabalhadores (art. 7º, XXVI da Constituição Federal);
- 11) direito do trabalhador aposentado continuar participando da entidade sindical, podendo votar e ser votado;
- 12) estabilidade no emprego do dirigente sindical.

Este o modelo sindical amparado constitucionalmente e que, para ser modificado, dependerá de emenda constitucional, inclusive para possibilitar que as centrais sindicais tenham reconhecimento de representação sindical. Modificar essa estrutura sindical, construída a partir do debate na Constituinte, no seu todo ou em parte, dependerá de uma engenharia política nada fácil, diante das profundas diferenças existentes no movimento sindical, a partir de concepções e interesses por vezes até antagônicos. Ou se consegue uma nova estrutura que reflita o consenso das entidades sindicais de empregados e empregadores, ou dificilmente se avançará para mudanças significativas.

#### **4. PESQUISA SINDICAL IBGE**

No final do ano de 2002 o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgou a Pesquisa Sindical com base nos dados do ano de 2001. O objetivo da pesquisa, que foi realizada em convênio com o MTE – Ministério do Trabalho e Emprego foi o mapeamento da dimensão, estrutura e a evolução do mundo sindical na década de 1990. Esse trabalho é de grande valia, tanto para o próprio sistema sindical como para o Governo que pretende a reestruturação do setor. Os dados indicam mudanças significativas no mundo do trabalho na última década entre as quais pode-se destacar: as novas formas de trabalho, decorrentes de inovações tecnológicas e a fragmentação da identidade do trabalhador.

As novas formas de trabalho decorrem das inúmeras inovações tecnológicas surgidas nas últimas duas décadas com a diminuição drástica dos trabalhadores, em especial da indústria e do setor bancário. Os sindicatos dessas categorias foram duramente atingidos nesse período com a diminuição do seu poder de pressão e negociação, em função dos maciços investimentos tecnológicos e, conseqüentemente, redução dos contingentes de trabalhadores. Tais pontos estão intimamente relacionados com o denominado processo de “modernização” da economia e das relações trabalhistas no País ocorrido de forma mais intensa com o início do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Segundo o estudo do DIEESE intitulado A Situação do Trabalho no Brasil, a década de 1990 é um marco na história das relações do trabalho, devido a profundas modificações, como o aumento do desemprego e dos vínculos trabalhistas instáveis, e à concentração de renda.

A fragmentação é vista da forma onde o trabalhador não é mais o operário que trabalha numa indústria, com carteira assinada, vive em um espaço determinado e produz bens materiais. Atualmente, o trabalhador moderno pode ser tanto o prestador de serviço, o trabalhador informal ou, então, aquele que trabalha à distância, em casa, sem vínculos imediatos com o espaço da indústria ou do escritório, um produtor de bens materiais e simbólicos. Dessa forma, são várias identidades que representam inserções diferenciadas no mundo do trabalho.

O IBGE investigou os sindicatos formados até 31/12/2001, a partir dos seguintes instrumentos: a) carta de reconhecimento no Ministério do Trabalho, a chamada carta sindical; b) registro sindical no Ministério do Trabalho; c) registro em cartório; e d) registro em cartório e pedido de registro sindical no Ministério do Trabalho. O levantamento foi feito em sindicatos de trabalhadores e empregadores por meio de questionário e entrevistas com representantes sindicais. Na tabela 1 apresentamos o número de sindicatos no Brasil em 2001, por condição de registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, segundo as grandes regiões do país.

**Tabela 1 – Sindicatos no Brasil por condição de registro junto ao MTE**

Região	Total	Com Registro	Sem Registro
<b>Brasil</b>	<b>15961</b>	<b>11347</b>	<b>4614</b>
Norte	1208	640	568
Nordeste	4072	2489	1583
Sudeste	5213	4223	990
Sul	3970	3068	902
Centro-Oeste	1498	927	571

**Fonte: Pesquisa Sindical IBGE 2001 - Sindicatos**

O movimento sindical brasileiro passou por amplas e inúmeras dificuldades na década de 1990, devido tanto ao processo de enfraquecimento das entidades representativas com a redução da taxa de filiação, de forma mais intensa em categorias atingidas pelas inovações tecnológicas, como também pela revisão dos instrumentos de pressão e negociação coletiva. Não há dúvida que essas dificuldades, detectadas pela pesquisa, são fruto do processo de inserção periférica, política e econômica pelo Brasil e pela América Latina, decorrente do predomínio de orientações liberais e neoliberais.

A pesquisa detectou que o peso das entidades rurais diminuiu em relação às urbanas, com o crescimento médio de 43% dos sindicatos urbanos em relação aos últimos dados coletados em 1991. (Ver Tabela 2)

**Tabela 2 – Peso das Entidades Rurais em Relação às Urbanas nos últimos 10 anos**

<b>Tipo de Sindicato</b>	<b>% 1991</b>	<b>% 2001</b>
Urbano	58	64
Rural	42	36

**Fonte: Pesquisa Sindical IBGE 2001 - Sindicatos**

O crescimento mais expressivo foi o dos sindicatos de trabalhadores autônomos: 307%. Com certeza, isto reflete o crescente aumento do trabalho informal no país com a redução dos postos de trabalho assalariado. Apesar do crescimento do número de sindicatos de cerca de 79% na Região Norte e de 71% na Região Centro-Oeste na última

década, o Sudeste e o Sul continuam tendo o maior percentual de entidades sindicais no País. Em relação à base territorial, predominam as entidades sindicais de base municipal com 53%.

A pesquisa procurou mapear os principais grupos profissionais segundo os setores econômicos. A mudança mais significativa é que o sindicalismo do setor industrial e de empresas de crédito e bancárias sofreu uma redução considerável devido em particular às inovações tecnológicas. Os sindicatos de servidores públicos tiveram crescimento de 180,3% nos últimos dez anos, em grande parte devido ao direito de organização sindical reconhecido pela Constituição Federal de 1988. Além dos servidores públicos, as entidades de trabalhadores em transportes terrestres e de trabalhadores em educação e cultura tiveram um crescimento relevante nesse período. (Ver Tabela 3)

**Tabela 3 – Número de Sindicatos nos Principais Grupos Profissionais**

<b>Grupo Econômico</b>	<b>1992</b>	<b>2001</b>
Indústria	7612	11354
Comércio	1010	1579
Transporte Marítimo	202	221
Transporte Terrestre	220	656
Comunicação e Publicidade	134	137
Estabelecimentos de Crédito	212	235
Educação e Cultura	162	266
Profissionais Liberais	379	488
Agricultura	2976	3912
Servidores Públicos	694	1947

**Fonte: Pesquisa Sindical IBGE – 2001 - Sindicatos**

Quanto à representatividade dos grandes grupos profissionais, permanecem em primeiro lugar os trabalhadores na agricultura com 39% do total; em seguida, os trabalhadores na indústria com 21%; e os servidores públicos em terceiro lugar com 15%, posição essa ocupada em 1991 pelos empregados no comércio, que agora obtiveram 13%. Em relação ao tamanho das entidades sindicais, segundo a Pesquisa Sindical, 12% são considerados pequenos (abaixo de 100 associados), e 39% são grandes sindicatos, que têm mais de mil associados.

O número de associados a sindicatos de trabalhadores cresceu de forma absoluta 27,3% entre 1990 e 2001. Tendo em vista a taxa de sindicalização a partir da População Economicamente Ativa (PEA), definida em 1999 em 79.315.287 pessoas, houve um pequeno decréscimo de 5,2%. Já em relação à População Ocupada (PO), ocorreu o crescimento de 0,8%. Isso indica, segundo os analistas do IBGE, relativa estabilidade da taxa de sindicalização na década de 1990. (Ver Tabela 4)

**Tabela 4 – Taxa de Sindicalização em Relação à PEA e PO**

<b>TIPO 1992/2001</b>	<b>% PEA</b>	<b>% PO</b>	<b>% PEA</b>	<b>% PO</b>	<b>TRABALHADORES NA BASE</b>
URBANO	16	17	23	26	36
RURAL	44	45	62	63	53

**Fonte: Pesquisa Sindical IBGE 2001 - Sindicatos**

Cerca de 83% dos sindicatos são filiados às federações e 69% às confederações. Vale ressaltar que as informações são pertinentes aos trabalhadores e as federações são entidades sindicais de 2º grau na pirâmide sindical brasileira. As Confederações são

entidade de 3º grau na pirâmide, conseqüentemente os sindicatos são as estruturas de primeiro grau. Enquanto persistir a atual estrutura sindical brasileira, os sindicatos representam os trabalhadores. As Federações representam os sindicatos e as Confederações representam as Federações. Para se formar uma Federação, são necessários pelo menos cinco sindicatos e para se formar uma Confederação, também são necessárias pelo menos cinco federações. Em relação às centrais sindicais, o percentual passou de 30% em 1991 para 38% em 2001. (Ver Tabela 5)

**Tabela 5 – Indicadores selecionados de filiação às centrais sindicais - 2001**

<b>Indicadores</b>	<b>Percentual %</b>
Sindicatos Filiados às centrais	38
Associados de Sindicatos às centrais	52
Trabalhadores na base de sindicatos filiados às centrais	51

**Fonte: Pesquisa Sindical IBGE 2001 - Sindicatos**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) congrega o maior número de sindicatos filiados, com 66% do total; seguida pela Força Sindical (FS), com 19%; a Social-Democracia Sindical (SDS), com 7%; a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), com 6%, e, por último, a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), com 2%. (Ver Tabela 6)



**Tabela 6 - Variação absoluta dos Sindicatos Filiados a Centrais - 1992/2001**

<b>Centrais Sindicais</b>	<b>Filiados em 1992</b>	<b>Filiados em 2001</b>
CUT - Central Única dos Trabalhadores	1668	2834
FS - Força Sindical	294	839
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores	102	238
USI – União Sindical Independente	35	-
SDS – Social Democracia Sindical	-	289
CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores	-	86

**Fonte: Pesquisa Sindical IBGE – 2001 - Sindicatos**

A mudança mais relevante em relação aos sindicatos de empregadores mapeados pela pesquisa é o aumento da representação do grupo de comércio que passou a ocupar a segunda posição em 2001, em substituição à indústria, agora na terceira posição. O grupo econômico representado pela agricultura permanece em primeiro lugar com o maior número de sindicatos de empregadores. (Ver Tabela 7)

**Tabela 7 – Sindicatos de Empregadores, variação absoluta, por grupos econômicos 1992/2001**

<b>Grandes Grupos Econômicos</b>	<b>1992</b>	<b>2001</b>
TOTAL	3581	4607
Industria	859	1132
Comércio	805	1187
Transportes Marítimos, fluviais e aéreos	16	43
Transportes terrestres	271	173
Empresas de Comunicação e Publicidade	23	59
Empresas de Crédito	37	70
Estabelecimentos de educação e Cultura	48	102
Agricultura	1522	1788
Outras categorias Econômicas	0	48
Sem Declaração	0	5

**Fonte: Pesquisa Sindical IBGE 2001 - Sindicatos**

## 5. CDES – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Como estratégia do Governo Federal para envolver a sociedade no debate das reformas e construção de um novo modelo social para o Brasil, são criados aparelhos que tem finalidades diversas. O CDES é um deles e o Governo Federal nomeia um secretário especial ligado diretamente a estrutura da Presidência da República. No organograma da Presidência, a secretaria especial tem status de Ministério.

O Conselho é presidido pelo próprio Presidente da República, sendo que o Coordenador nomeado é o Secretário da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência, Ministro Tarso Genro. Seus membros têm atribuições consultivas, buscando propor políticas sobre temas relevantes da nação, buscando o desenvolvimento econômico e social do país.

O CDES é composto por 82 membros, mais o Presidente da república, além de dez representantes do Governo. Para facilitar as discussões, o Conselho pode criar comissões temáticas para debater os assuntos.

A seguir, transcrevemos na íntegra a definição do CDES, constante na página da Presidência da República na Internet (5):

*Cumprindo seu programa de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em 1º de janeiro de 2003, a Medida Provisória número 103 que dispõe sobre a organização da Presidência da República, dos Ministérios e das providências necessárias para viabilizar as mudanças propostas no projeto de implantar, no Brasil, um "novo contrato social", o qual foi aceito por mais de 53 milhões de brasileiros, que o elegeram presidente da república, em 27 de outubro de 2002.*

*Dentre as alterações na estrutura da organização do Estado, contidas na MP 103, estão a renomeação de alguns ministérios, com modificações nas atribuições competentes, e a criação de*

*novas pastas, entre elas a Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES - além da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES - que cumpre o papel de articulador entre governo e sociedade para a viabilização do processo de concertação nacional.*

*Implantado em 13 de fevereiro de 2003, o CDES tem como função assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas a um novo Contrato Social, que é a base de sustentação das mudanças propostas pelo governo Lula. Para tanto, o CDES tem como desafio articular as diversas representações da sociedade civil a fim de efetivar as reformas necessárias para alavancar o crescimento do país. Ouvir a sociedade - por intermédio dos segmentos corporativos que compõem o conselho - analisar e estudar os caminhos para o consenso, são as principais tarefas que os conselheiros terão de desenvolver durante os dois anos de mandato previstos na legislação.*

*Presidido pelo Presidente da República, o CDES é organizado institucionalmente por um secretário-executivo que está representado pelo Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico e Social e pelos Ministros de Estado: Chefes da Casa Civil, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, da Secretária-Geral da República, do gabinete de Segurança Institucional, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, da Assistência e Promoção Social e do Trabalho.*

*Além dos 11 representantes do governo federal, definidos na MP 103, o CDES é integrado por 82 membros da sociedade civil que contemplam ampla diversidade social. Para a formação do conselho, a SEDES recebeu cerca de 400 indicações de cidadãos brasileiros sugeridos por diversas organizações sociais. Cada um dos nomes indicados passou por minucioso critério de análise - ilibada conduta, poder de liderança e representatividade nacional - para então serem aprovados pelo presidente Lula.*

*Na agenda de trabalho do CDES, já definida pelo presidente da república, está a reforma da Previdência Social, a reforma Tributária e a da Legislação Trabalhista. Para desenvolver suas*

*tarefas, o conselho se reúne a cada dois meses para discutir os pareceres apresentados pelos grupos temáticos e, preferencialmente, encontrar um consenso entre os pontos polêmicos que criam entraves no processo de efetivação das reformas.*

*Cabe ressaltar que a formação de um conselho interlocutor entre governo e sociedade, que tem por finalidade propor políticas específicas e concertar ações sobre temas relevantes para remover entraves administrativos, legais e financeiros que impedem o desenvolvimento econômico e social do país não é uma "invenção" do governo Lula. Países como a Espanha, a Holanda, a Alemanha e a Itália obtiveram êxito ao se utilizarem deste complexo processo democrático para viabilizar importantes mudanças estruturais.*

*Por fim, sabe-se que os caminhos a serem percorridos pelo CDES são longos, requerem seriedade e, principalmente, compromisso social por parte de seus integrantes. A primeira grande tarefa do CDES é a de alcançar um bem comum para que o Brasil possa efetuar a reforma na previdência social sem causar o prejuízo da sociedade, ou pelo menos de grande parte dela. É sem dúvida um projeto de construção nacional que se ancora numa institucionalidade democrática sólida e aberta à renovação.*

Desde sua constituição o CDES realizou inúmeras reuniões, sobre diversos assuntos, mas especificamente sobre a Reforma Sindical apresentou um relatório final que contempla propostas de consenso, recomendações e sugestões. Salientamos que o consenso é a unanimidade dos membros do Conselho, a recomendação é a opinião da maioria e a sugestão é a proposta minoritária.

## **5.1 Consenso**

Há concordância quanto ao caráter anacrônico do sistema brasileiro de relações do trabalho e sobre a necessidade de se rediscutir o atual marco normativo, constitucional e infraconstitucional.

## **5.2 Recomendações**

Deve-se adotar um regime de liberdade e autonomia sindical, com base nas convenções da OIT, principalmente em sua convenção nº 87.

Deve-se assegurar a liberdade de organização sindical e de representação dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, assegurada a proteção contra atos anti-sindicais e a vigência de mecanismos de autodefesa. Recomenda-se que sejam considerados os princípios da OIT sobre garantias sindicais, em particular aqueles contidos nas convenções 87 e 135.

Deve-se caminhar para extinção da contribuição sindical obrigatória, bem como para o fim da contribuição confederativa e da taxa assistencial. A sustentação financeira do sindicato deve se basear na taxa associativa, na prestação de serviços aos filiados e na contribuição negocial extensiva aos beneficiados por acordo coletivo.

Deve haver uma sintonia das regras de transição relativas ao custeio da atividade sindical com a implementação de um novo modelo de organização sindical referenciado nos preceitos da liberdade e autonomia.

Deve ser efetivo o reconhecimento da personalidade sindical às Centrais, de maneira que venha a ser consignada, na sua integralidade, a capacidade jurídica dessas entidades para firmar convenções e acordos coletivos.

### 5.3 Sugestões

Eliminar a contribuição sindical, gradualmente, em 5 anos: no 1º ano, os 20% do MTE; no 2º ano, os 5% das Confederações e os 15% das Federações; nos 3º, 4º e 5º anos, 20%, respectivamente, dos sindicatos, perfazendo ao final do período o total de 60%. Durante o período de transição a Contribuição Sindical será distribuída da seguinte forma: a parcela relativa aos *trabalhadores associados* será destinada à respectiva entidade sindical à qual é vinculado; a parcela relativa aos *trabalhadores não associados* será rateada proporcionalmente entre os sindicatos da base, de acordo com a sua representatividade (nº de associados de cada um).

Criação de um Fundo de Garantia da Ação Sindical, para custeio da atividade sindical, sem definição prévia de seu caráter público ou privado.

Criação de um Conselho Nacional de Registro Sindical, de composição tripartite e paritária ou apenas bipartite, para dirimir os conflitos referentes à representação sindical.

Vale ressaltar que as decisões acima, tanto consenso, como recomendações e sugestões do CDES podem ou não ser utilizadas pelo Governo, tendo em vista o Conselho ter caráter apenas consultivo, conforme consta em sua concepção. No caso das propostas relativas à reforma da previdência e tributária, as mesmas sequer foram

contempladas nos projetos do Governo. Numa rápida análise do relatório final do CDES, no que diz respeito a Reforma Sindical, vimos que as mesmas foram aproveitadas por deputados que apresentaram propostas de emenda à Constituição.



## **6. FNT – FORUM NACIONAL DO TRABALHO**

Mantendo a lógica da estratégia de buscar uma discussão com os interessados na Reforma Sindical, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva cria o FNT – Fórum nacional do Trabalho. O objetivo do Fórum está transcrito a seguir, cuja fonte é a página do MTE na Internet (6).

O Governo Federal sabe que as mudanças nas leis sindicais e trabalhistas são fundamentais para o mundo trabalho. Democratizar as relações trabalhistas, atualizar a legislação, modernizar as instituições públicas e estimular o diálogo social são compromissos reiterados pelo Presidente da República e prioridades de nossa política trabalhista.

Para alcançar tais objetivos, foi criado o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que será coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE por intermédio da Secretaria de Relações do Trabalho - SRT. O FNT será um espaço de articulação de propostas para uma reforma sindical e trabalhista que seja fruto do diálogo e da negociação entre todos os atores sociais. Trabalhadores, empresários e poderes públicos decidirão juntos o futuro das relações de trabalho no Brasil.

A consolidação do diálogo social e a promoção do trabalho decente, preceitos da OIT, exigem mudanças legais e institucionais complexas. Exige também competência técnica e capacidade de negociação para solucionar conflitos e divergências. Só o diálogo e a negociação vão possibilitar o encaminhamento de projetos legislativos ao Congresso Nacional, capazes de dotar o país de leis e instituições compatíveis com as exigências do desenvolvimento nacional e a geração de emprego e renda.

A composição do FNT procura contemplar todos os atores da vida sindical no país. É criado com a composição do Governo Federal (21 membros), bancada dos trabalhadores (21 membros) e dos empregadores (21 membros). A Coordenação é do

Ministro do Trabalho, Jacques Wagner, compõe-se de sete grupos de trabalho cada qual com um mediador e um relator, previamente designados. Completa ainda o FNT, uma assessoria técnica, fornecida pelo próprio Ministério, além da Plenária, composta de forma tripartite e a Comissão de Sistematização, também composta de forma a contemplar todos os segmentos.

Os grupos temáticos ou grupos de trabalho têm um calendário a seguir, para discutir os temas pré-estabelecidos. Findo esse prazo, o resultado dos grupos é enviado à comissão de sistematização para fechamento do relatório final, que está previsto para o final de novembro - 2003. De posse desse material, em tese o Executivo Federal elaborará o Projeto de Reforma Sindical e enviará ao Congresso Nacional, que encaminhará à discussão pelo trâmite natural das casas.

## **7. CNDRT – COMISSÃO NACIONAL DE DIREITO E RELAÇÕES DO TRABALHO**

Dentro da mesma linha, de criar estruturas de assessoramento para o debate das relações de trabalho, o Governo Federal criou no mês de outubro o CNDRT. Esse Conselho terá como objetivo o debate dos direitos fundamentais do trabalho. O Conselho foi criado em 13 de outubro e seus componentes são em número de 35, os quais foram chamados pelo Ministro do Trabalho. São os componentes: ministros e juizes do trabalho, professores universitários, advogados, dirigentes das entidades ligadas à comunidade jurídica laboralista, comprova a consciência da necessidade da participação nos debates sobre os rumos de nosso país nas relações de trabalho.

A Comissão vai subsidiar o Ministério do Trabalho e Emprego nas áreas de Direito do Trabalho e relações trabalhistas em caráter permanente. As tarefas da Comissão foram definidas visando os seguintes objetivos: 1) a análise de temas atinentes às relações de trabalho que, por sua relevância, exijam um claro posicionamento do Ministério do Trabalho e Emprego; 2) a elaboração de subsídios e propostas de alteração do direito individual, do direito coletivo e do direito processual do trabalho; 3) a apreciação de projetos legislativos, de natureza constitucional e infraconstitucional, com o objetivo de aprimorar seu conteúdo e técnica legislativa e 4) o exame de tratados, convenções e recomendações internacionais do trabalho, para orientar a atuação do governo.

O Ministro assinalou as seguintes premissas que sustentam o processo das mudanças em curso: 1) é preciso democratizar as relações de trabalho por meio da adoção de um modelo de organização sindical baseado na liberdade e autonomia, em

consonância com as normas internacionais da OIT; 2) é preciso atualizar a legislação trabalhista e torná-la mais compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com a realidade do mundo do trabalho; 3) é preciso modernizar e tornar mais ágeis as instituições públicas encarregadas da regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e os órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego e 4) é preciso fomentar o diálogo social, promover o tripartismo e assegurar o primado da justiça social no âmbito das leis do trabalho e das garantias sindicais.

Entende o Ministro que as mudanças devem começar pela reforma sindical e trabalhista. A redefinição do modelo de organização sindical deve preceder a revisão dos demais institutos legais que regulam o trabalho, pois a liberdade sindical será sempre o centro dinâmico de qualquer projeto de democratização das relações de trabalho. As novas bases da representação sindical condicionam, portanto, a definição do novo padrão de negociação coletiva, de solução de conflitos, de direitos trabalhistas e de regulação do trabalho que se deseja alcançar.

Acentuou que não se pensa simplesmente em meras alterações legislativas, pois as mudanças legais e institucionais necessárias à consolidação do diálogo social no Brasil são complexas e exigem competência técnica e capacidade de negociação entre os atores do mundo do trabalho, para que se consiga de fato promover uma reforma que, do ponto de vista normativo, envolve o direito sindical, a legislação do trabalho, os órgãos de administração pública do trabalho, a Justiça do Trabalho e as normas de direito processual do trabalho. Diz que o Governo está convencido que a consolidação do diálogo social e a promoção do trabalho decente, preceitos da OIT, exigem mudanças legais e institucionais de longa duração.

O Ministro argumentou sobre a exigência de capacidade de interlocução entre todos os atores do mundo do trabalho, pois só o diálogo e a negociação vão possibilitar o encaminhamento de projetos legislativos capazes de dotar o país de leis e instituições sintonizadas às exigências do desenvolvimento nacional e com a elevação do nível de emprego e do padrão de renda da população brasileira.

As análises da Comissão serão iniciadas com o enfrentamento de quatro temas: 1) Comissões de Conciliação Prévia, crítica e perspectivas; 2) Terceirização e Cooperativas do Trabalho: desafios regulatórios; 3) Fundamentos do Direito Coletivo do Trabalho e 4) Direitos Fundamentais do Trabalho. A metodologia do trabalho indica a possibilidade de cada integrante da Comissão apresentar, sobre os temas em debate, breve proposição que assinale diagnóstico, fundamentos, propostas e ementas. Os temas serão debatidos em plenário pela Comissão, visando unificar os posicionamentos apresentados no sentido de estabelecer o norte da alteração proposta. De posse de tais proposições, o Ministério do Trabalho procederá a etapa seguinte, de sistematização e divulgação, ou incorporação em propostas oficiais.

## 8. A PROPOSTA DE REFORMA ANTES DA REFORMA

Paralelamente à intenção do Governo Federal em proceder a Reforma Sindical, acontecem alguns fatos que deixam dúvidas sobre a intenção de Reforma, principalmente diante do fato de que algumas Propostas de Emendas à Constituição são apresentadas, vindas da base aliada do Governo. Os parlamentares que apresentam são do Partido dos Trabalhadores (Governo) e Partido Liberal (Aliado). Além das propostas de emenda à Constituição, assistimos ao parecer favorável à ratificação da Convenção 87 da OIT, isso antes de acabar o Governo anterior de FHC, mas por um Senador do partido governista. Isso deixa a base aliada atônica e além da base aliada, os partidos e segmentos que apoiaram a eleição de Lula preocupados, para não dizer perplexos. Isso não estava no “pacote” quando da discussão de apoio ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto o então Presidente eleito Lula, pregava que as reformas seriam amplamente discutidas nas bases, com os atores do processo, no Congresso Nacional, iniciativas da base partidária começam a aparecer.

Esse quadro preocupa mais ainda os interessados na reforma Sindical, uma vez que alguns atores do processo estão se sentindo preteridos da discussão. Diante da composição, tanto do CDES e do FNT, as Centrais Sindicais foram contempladas em sua totalidade enquanto que o sistema sindical atual que deveria ser reformado, não foi contemplado ou muito pouco contemplado. Isso causa uma espécie de revolta nesse meio que busca se organizar para participar das discussões ou ao menos se aglutinar para apresentar suas propostas. Isso se dá através da constituição de Fóruns paralelos aos oficiais, buscando apoio na oposição ao Governo e até mesmo na base aliada.

## **9. A CONVENÇÃO 87 DA OIT**

No mês de dezembro de 2002, antes mesmo de tomar posse como Presidente da República, Lula tem a notícia de que o Senado Federal, através do então Senador da República, José Eduardo Dutra, apresenta parecer favorável à ratificação da Convenção 87 da OIT que prega ampla liberdade e autonomia sindical. Esse projeto de iniciativa do Executivo Federal transitava pelo Congresso Nacional desde o ano de 1949 e levava o número 256, sendo o mais antigo projeto existente na Casa Legislativa. A Convenção da Organização Internacional do Trabalho de número 87 é uma das oito convenções consideradas fundamentais pela OIT e tem o seguinte teor(7):

### **Convenção 87**

#### **Sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical**

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em São Francisco pelo Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho e reunida em 17 de junho de 1948, em sua trigésima primeira reunião;

Tendo decidido adotar, na forma de convenção, proposições relativas à liberdade sindical e à proteção do direito sindical, tema que constitui a sétima questão da ordem do dia da reunião;

Considerando que o Preâmbulo à Constituição da Organização Internacional do Trabalho declara que "o reconhecimento do princípio da liberdade sindical constitui um meio de melhorar as condições de trabalho e de promover a paz";

Considerando que a Declaração de Filadélfia reafirma que "a liberdade de expressão e de

associação é condição essencial para a  
continuidade do progresso”;

Considerando que a Conferência Internacional do Trabalho, em sua trigésima reunião, adotou, por unanimidade os princípios em que deve fundamentar-se a regulamentação internacional;

*Considerando que a Assembléia Geral das Nações Unidas, em sua segunda reunião, endossou esses princípios e solicitou à Organização Internacional do Trabalho que desse continuidade a seus esforços para tornar possível a adoção de uma ou várias convenções internacionais;*

adota, no nono dia de julho de mil novecentos e quarenta e oito, a seguinte Convenção que pode ser citada como a Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical, de 1948:

#### Parte I. Liberdade Sindical

##### **Artigo 1º**

*Todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho, no qual vigora a presente Convenção, compromete-se a tornar efetivas as disposições seguintes.*

##### **Artigo 2º**

Trabalhadores e empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão o direito de constituir, sem prévia autorização, organizações de sua própria escolha e, sob a única condição de observar seus estatutos, a elas se filiarem.



### **Artigo 3º**

1. As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de elaborar seus estatutos e regimentos, eleger livremente seus representantes, organizar sua administração e atividades e formular seus programas de ação.
2. As autoridades públicas abster-se-ão de qualquer intervenção que possa limitar esse direito ou cercear seu exercício legal.

### **Artigo 4º**

As organizações de trabalhadores e de empregadores não estarão sujeitas a dissolução ou suspensão por autoridade administrativa.

### **Artigo 5º**

As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de constituir federações e confederações, e de a elas se filiarem, e toda organização, federação ou confederação terá o direito de filiar a organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores.

### **Artigo 6º**

O disposto nos Artigos 2º, 3º e 4º desta Convenção aplica-as a federações e confederações de organizações de trabalhadores e de empregadores.

### **Artigo 7º**

A aquisição de personalidade jurídica por organizações de trabalhadores e de empregadores, federações e confederações não estará sujeita a condições que restrinjam a aplicação do disposto nos artigos 2º, 3º e 4º desta Convenção.

### **Artigo 8º**

1. No exercício dos direitos providos nesta Convenção, trabalhadores, empregadores e suas respectivas organizações, da mesma forma que outras pessoas ou coletividades organizadas, deverão observar a legalidade;
2. A legislação nacional não deverá prejudicar nem ser aplicada de modo a prejudicar as garantias previstas nesta Convenção.

### **Artigo 9º**

1. A legislação nacional definirá a medida em que se aplicarão às forças armadas e à polícia as garantias providas nesta Convenção.

### **Artigo 10º**

Nesta Convenção, o termo “organização” significa toda organização de trabalhadores ou de empregadores que tenha como finalidade a promoção e a defesa dos interesses dos trabalhadores ou dos empregadores.

## **Parte II. Proteção do Direito Sindical**

### **Artigo 11**

Todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho, no qual vigore a presente Convenção, compromete-se a tomar todas as medidas necessárias e apropriadas para assegurar aos trabalhadores e aos empregadores o livre exercício do direito sindical.

## **Parte III. Disposições Gerais**

## **Artigo 12**

1. Com relação aos territórios referidos no Artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, retificado pelo Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, de 1946, ressalvados os territórios a que se referem os Parágrafos 4º e 5º do artigo retificado, todo País-membro da Organização que ratificar esta Convenção remeterá ao Diretor Geral do Secretaria da Organização Internacional do Trabalho, juntamente com o instrumento de ratificação, ou tão logo seja possível, declaração que especifique:

- a) os territórios a respeito dos quais se compromete a aplicar, sem modificações, as disposições da Convenção;
- b) os territórios a respeito dos quais se compromete a aplicar, com modificações, as disposições da Convenção, detalhando a natureza dessas modificações;
- c) os territórios a respeito dos quais considera inaplicável a Convenção e, nesse caso, as razões dessa inaplicabilidade;
- d) os territórios a respeito dos quais pospõe sua decisão.

2. Os compromissos a que se referem as alíneas a) e b) do Parágrafo 1º deste Artigo serão consideradas parte integrante da ratificação e produzirão os mesmos efeitos.

3. Todo País-membro, com base nas alíneas a), b) e c) do Parágrafo 1º deste Artigo, poderá cancelar, em qualquer tempo, no todo ou em parte, mediante nova declaração, quaisquer restrições feitas em sua declaração original.

4. Todo País-membro poderá, em qualquer tempo, enquanto esta Convenção estiver sujeita a denúncia, enviar ao Diretor Geral declaração que modifique, em qualquer outro sentido, os termos de uma declaração anterior e informe, com o detalhamento possível, sobre a situação atual com referência a esses territórios.

## **Artigo 13**

1. Quando o objeto desta Convenção for da competência das autoridades de um território não-metropolitano, o País-membro responsável pelas relações internacionais desse território poderá, com a concordância de seu governo, enviar ao Diretor Geral do Secretariado da Organização

Internacional do Trabalho declaração pela qual assume, em nome desse território, as obrigações desta Convenção.

2. Uma declaração, em que se aceitam as obrigações desta Convenção, poderá ser enviada ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho por

- a) dois ou mais países-membros da Organização, com relação a um território que estiver sob sua autoridade conjunta;
- b) qualquer autoridade internacional responsável pela administração de um território, em virtude da Carta das Nações Unidas ou de qualquer outra disposição em vigor relativa a esse território.

3. As declarações enviadas ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho indicarão, nos termos dos parágrafos anteriores deste Artigo, se as disposições da Convenção serão aplicadas, sem modificações no território em questão, ou se estarão sujeitas a modificações; quando indicar que as disposições da Convenção serão aplicadas com possíveis modificações, a declaração especificará em que consistem essas modificações.

4. O País-membro ou os Países-membros ou a autoridade internacional concernentes poderão, em qualquer tempo, mediante declaração posterior, renunciar total ou parcialmente ao direito de se valer de modificação indicada em declaração anterior.

5. O País-membro ou os Países-membros ou a autoridade internacional concernentes poderão, enquanto esta Convenção estiver sujeita a denúncia, nos termos do disposto no Artigo 16, enviar ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho declaração que modifique, em qualquer sentido, os termos de alguma declaração anterior e informe sobre a situação atual com referência à aplicação da Convenção.

#### **Parte IV. Disposições Finais**

#### **Artigo 14**

As ratificações formais desta Convenção serão comunicadas, para registro, ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.

#### **Artigo 15**

1. Esta Convenção obrigará unicamente os Países-membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.
2. Esta Convenção entrará em vigor doze meses após a data de registro, pelo Diretor Geral, das ratificações de dois Países-membros.
3. A partir de então, esta Convenção entrará em vigor, para todo País-membro, doze meses após a data do registro de sua ratificação.

#### **Artigo 16**

1. *O País-membro que ratificar esta Convenção poderá denunciá-la ao final de um período de dez anos, a contar da data de sua entrada em vigor, mediante comunicação ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho para registro. A denúncia não terá efeito antes de se completar um ano a contar da data de seu registro.*
2. Todo País-membro que ratificar esta Convenção e que, no prazo de um ano após expirado o período de dez anos referido no parágrafo anterior, não tiver exercido o direito de denúncia provido neste Artigo, ficará obrigado a um novo período de dez anos e, daí por diante, poderá denunciar esta Convenção ao final de cada período de dez anos, nos termos deste Artigo.

#### **Artigo 17**

1. O Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho dará ciência a todos os Países-membros da Organização do registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Países-membros da Organização.
2. Ao notificar os Países-membros da Organização sobre o registro da segunda ratificação que lhe tiver sido comunicada, o Diretor Geral lhes chamará a atenção para a data em que a Convenção entrará em vigor.

## Artigo 18

O Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para registro, nos termos do Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações circunstanciadas sobre todas as ratificações, declarações e atos de denúncia por ele registrados, conforme o disposto nos artigos anteriores.

## **Artigo 19**

O Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho apresentará à Conferência Geral, quando considerar necessário, relatório sobre o desempenho desta Convenção e examinará a conveniência de incluir na pauta de Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

## **Artigo 20**

1. No caso de adotar a Conferência uma nova convenção que reveja total ou parcialmente esta Convenção, a menos que a nova convenção disponha de outro modo,
  - a) a ratificação, por um País-membro, da nova convenção revista implicará, *ipso jure*, a partir do momento em que entrar em vigor a convenção revista, a denúncia imediata desta Convenção, não obstante as disposições do Artigo 16 desta Convenção;
  - b) esta Convenção deixará de estar sujeita a ratificação pelos Países-membros a partir da data de entrada em vigor da convenção revista.
2. Esta Convenção continuará a vigorar, na sua forma e conteúdo, nos Países-membros que a ratificaram, mas não ratificarem a convenção revista.

## **Artigo 21**

As versões em inglês e francês do texto desta Convenção são igualmente oficiais.

Curiosamente essa Convenção, datada de 09 de julho de 1948, quando da realização da trigésima primeira reunião do Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho, nos Estados Unidos da América, na cidade de São Francisco, não foi ratificada até o dia de hoje por aquele país. A Convenção 87 da OIT entra em vigor no dia 04 de julho de 1950 com a finalidade de conceder ampla liberdade sindical com o intuito de melhorar as condições de trabalho e promoção da paz.

A Convenção 87 da OIT conflita com os princípios constitucionais do sistema confederativo brasileiro, em particular com a unicidade e a contribuição compulsória, do artigo 8º da Constituição Federal de 1988. A convenção autoriza a criação de entidades sindicais com a única condição de que os seus fundadores estejam de acordo com seus estatutos. Sua aprovação e promulgação, poderá ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, pelo menos enquanto estiverem em vigor a unicidade e a contribuição por força de lei. Na interpretação dos adeptos do sistema sindical atual, a eventual aprovação da convenção terá apenas o objetivo de constranger o governo perante a OIT e forçar uma mudança constitucional na estrutura sindical brasileira.

Setores do movimento sindical que defendem a liberdade e autonomia sindical plena, através da Convenção 87 da OIT, defendem a eliminação do conceito de categoria profissional e a limitação mínima de um município, autorizando desta forma a criação de sindicato por empresa. Entretanto, a passagem de um sistema que está sustentado constitucional e legalmente para outro sistema deve ser, primeiro, necessária, e, segundo, consensual. Essa discussão está sendo provocada neste momento, onde se busca através do Fórum Nacional do Trabalho um consenso sobre o tema. Lembramos que no CDES essa proposta foi minoritária. Vale lembrar ainda que a representação unitária de

uma ou mais de uma categoria econômica ou profissional possibilitou a criação de entidades muito fortes que ajudaram a manutenção da representação sindical dos trabalhadores e dos empregadores, sua representatividade política e social.

Desta forma, caminhar para a pluralidade sindical poderá representar a absoluta fragmentação do sistema e, assim, sua desconstituição. As mudanças devem começar pela base, ou seja, fortalecimento dos atuais sindicatos e a organização sindical no local de trabalho controlada a partir das entidades sindicais existentes para, depois, avançar para as alterações necessárias e possíveis. Além disso, a pluralidade, experiência que já aconteceu no Brasil, vai com certeza proliferar o número de sindicatos, sendo imperativo a constituição de um conselho ou comissão que deverá analisar a possibilidade de criação de sindicato. Vamos ainda mais longe, uma comissão criada de forma a contemplar todos os setores envolvidos – trabalhadores, empregadores e governo, deveria ser criada o mais breve possível. Essa comissão ou outro nome, teria uma tripla tarefa: autorizar a criação de novos sindicatos, verificar se os sindicatos já existentes tem capacidade, tanto política como de representatividade para continuar existindo e atuar como um controlador por assim dizer, no sentido de não permitir o desvirtuamento das entidades constituídas. Num primeiro momento isso poderia ser visto como um controle do Estado no sindicato. Não diríamos isso, pois a proposta seria a formação de uma comissão que contemplasse todos os envolvidos e não apenas o Governo. Isso com certeza eliminaria o que conhecemos hoje como sindicato de gaveta ou sindicato fantasma, termos amplamente divulgados neste momento.



## 10. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC

No mês de abril de 2003, os Deputados Federais, Vicente da Silva – Vicentinho (PT-SP) e Maurício Rands (PT-PE), apresentam a PEC 29/2003 que trata da Reforma da estrutura Sindical. Vicentinho, ex-sindicalista, metalúrgico do ABC, ex-presidente da CUT – Central Única dos Trabalhadores e Maurício Rands, advogado trabalhista de Recife. A PEC em referência e sua justificativa, têm o seguinte conteúdo (7):

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Deputados Vicentinho, Maurício Rands e outros)

Institui a liberdade sindical, alterando a redação do art. 8º da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os incisos do art. 8º da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 8º.....

.....

II – organizações sindicais representativas de trabalhadores e empregadores podem se organizar a

partir do local de trabalho e constituir federações, confederações e centrais sindicais e a elas se filiarem, e qualquer uma dessas organizações pode filiar-se a organizações internacionais de trabalhadores e empregadores;

III – ao sindicato, federação, confederação ou central sindical cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores, inclusive como substituto processual, em questões judiciais ou administrativas;

IV – o empregador fica obrigado a descontar em folha de pagamento e a recolher às organizações sindicais as contribuições associativas, as contribuições para o custeio do sistema confederativo e as contribuições de fortalecimento sindical ou similares que sejam aprovadas pela assembléia geral representativa de acordo com os respectivos estatutos;

.....

VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, inclusive como representante no local de trabalho e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.”(NR)

Art. 2º O art. 8º da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“IX – nenhum empregado poderá sofrer retaliação, inclusive despedida, por motivo de participação em atividade sindical, sendo-lhe facultado recorrer ao Judiciário pleiteando tutela antecipada específica para anular o ato de retaliação.”(NR)

“X – os litígios entre as entidades sindicais pela legitimidade para negociação coletiva serão submetidos à central sindical a que elas sejam filiadas ou a comissão mista composta pelas diversas centrais sindicais quando elas forem filiadas a centrais distintas; ou por mediação e

arbitragem, quando não houver acordo na comissão mista ou quando as entidades não forem filiadas a qualquer central." (NR)

Art. 3º A contribuição sindical compulsória devida por todos os integrantes da categoria profissional ou econômica à entidade sindical será extinta gradualmente, podendo ser cobrada com base no art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, nas seguintes proporções:

I - 80% (oitenta por cento) do valor previsto no primeiro ano subsequente ao da aprovação desta Emenda;

II - 60% (sessenta por cento) no segundo ano;

III - 40% (quarenta por cento) no terceiro ano;

IV - 20% (vinte por cento) no quarto ano.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A liberdade sindical é um dos direitos fundamentais da pessoa humana. Considerado um direito social, evolução das liberdades públicas, representa patamar mínimo para que o direito de associação possa ser efetivamente exercido.

Ter liberdade sindical significa a não interferência do Estado na organização e administração dos sindicatos, liberdade de filiação e desfiliação, liberdade para escolher o modelo sindical, liberdade para criar novos sindicatos segundo os critérios a serem estabelecidos pelos próprios sindicatos.

Não consideramos, portanto, que haja liberdade sindical plena no Brasil, apesar de o *caput* do art.

8º da Constituição Federal dispor que *“é livre a associação profissional ou sindical”*, pois deve ser observado o disposto nos incisos II e IV.

*Assim, “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município” (inciso II).*

Isso significa que é adotado o critério da representação por categoria profissional ou econômica, não sendo possível adotar outro, como o do sindicato político, vinculado a uma ideologia e não a uma categoria.

Também não é possível a criação de um sindicato por empresa, por exemplo, pois a área mínima é a de um município. Tampouco é possível a criação de mais de um sindicato por categoria.

Além disso, o inciso IV manteve a contribuição sindical compulsória para os não filiados, apesar de não mais exercerem os sindicatos poderes delegados pelo Estado, nem estarem obrigados a cumprir determinadas funções que justificariam a contribuição de natureza tributária.

Na verdade, a nossa Constituição de 1988 adotou um sistema híbrido mantendo princípios da unicidade sindical e impondo regras típicas da liberdade sindical, como a não interferência do Estado na organização sindical.

Ocorre que há incompatibilidades que não podem ser superadas entre a unicidade e a liberdade sindical.

A unicidade é originária de uma ideologia autoritária, que acredita que os conflitos entre capital e trabalho podem desaparecer dentro do próprio Estado, que busca o bem comum.

Assim os sindicatos podem exercer funções típicas de Estado, como a assistência médica. Para tanto era cobrado o imposto sindical de todos os integrantes da categoria que a ela estão atrelados, sem qualquer oportunidade de escolha.

A liberdade sindical, própria dos regimes democráticos, garante o direito de escolha de sindicato, o direito de criar um sindicato segundo o modelo que se julgar oportuno.

É um dos princípios adotados pela Organização Internacional do Trabalho - OIT e que deve ser respeitado por todos os seus Estados-membros. A presente emenda permitirá, enfim, a ratificação pelo Brasil da Convenção 87 que dormita nas gavetas do Congresso Nacional desde 1947.

O Brasil, apesar de membro da organização, até hoje não adotou a liberdade sindical. É o que pretendemos alterar com a nossa Proposta de Emenda à Constituição.

Em primeiro lugar, dispõe a presente PEC sobre a solução de conflitos de representação para fins de negociação coletiva. Num sistema de liberdade sindical, vários podem ser os sindicatos que representam trabalhadores e empregadores. É preciso definir qual deles tem legitimidade para negociar e, conseqüentemente, firmar convenção e acordo coletivo de trabalho.

Caso ocorra esse tipo de conflito, três são as hipóteses que podem ser adotadas:

1. Submeter o litígio de representação à central sindical à qual são filiados os sindicatos litigantes;
2. Formar uma comissão composta pelas diversas centrais às quais são filiados os sindicatos envolvidos a fim de solucionar a disputa;
3. Submeter o conflito à mediação e à arbitragem, caso os sindicatos não sejam filiados a nenhuma central ou quando não alcançarem uma solução.

Incluimos, expressamente, a central sindical como responsável pela defesa dos direitos e interesses da categoria, legitimando, dessa forma, a atuação das centrais que até hoje não haviam sido incorporadas pelo nosso ordenamento jurídico, apesar de todo o reconhecimento político e da sociedade.

Estabelecemos, também, a obrigatoriedade de o empregador descontar em folha de pagamento as contribuições devidas aos sindicatos, que deixam de ser compulsórias e passam a ser devidas apenas pelos filiados.

Aliás, quanto a esse aspecto, julgamos oportuno estabelecer uma redução gradual do imposto sindical de 20%, 40%, 60% e 80% da contribuição devida ano a ano após a promulgação da emenda constitucional.(artigo 3º da PEC)

Estendemos, ainda, a garantia de emprego, a partir da candidatura até um ano após o final do mandato, ao trabalhador sindicalizado eleito para representar os demais trabalhadores no local de trabalho. Atualmente, essa garantia é válida para cargos de direção e representação sindical.

Propusemos, outrossim, seja vedada a conduta anti-sindical do empregador que pune ou demite seu empregado pela participação em atividades sindicais. Garante-se, dessa forma, a livre manifestação sindical.

Entendemos que nenhuma reforma da legislação trabalhista terá efeito enquanto não se alterar o direito coletivo do trabalho, adotando a liberdade sindical.

Enquanto isso não ocorrer, não se sentirá o efeito da modernização das relações de trabalho que, necessariamente, devem ser democráticas e cujos interlocutores devem ter legitimidade, hipótese que apenas a liberdade sindical pode garantir.

Vimos, também, a necessidade de se estimular a negociação coletiva, que é a melhor solução,

ainda que temporária, para o conflito entre capital e trabalho. Somente com a liberdade sindical é possível fortalecer a negociação.

Diante do exposto, contamos com o apoio de nossos nobres Pares a fim de aprovar a presente Proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2003.

**Deputado VICENTINHO (PT/SP)**

**Deputado MAURÍCIO RANDS (PT/PE)**

A PEC 29 – 2003, tem o andamento normal na Câmara Federal, isto é, foi enviada para Comissão de Constituição e Justiça , sendo nomeado um relator, o qual deu parecer pela sua não admissibilidade em 12 de agosto. Após apresentado esse parecer, e divulgado, volta ao relator, o qual apresenta novo parecer, desta vez votando pela admissibilidade do projeto, isto em 22 de agosto. Vale ressaltar que a PEC 121 – 2003 que trata da mesma matéria, apresentada em 24 de julho de 2003.

Não bastando a Câmara Federal, no Senado também é apresentada uma PEC que trata da mesma matéria. Recebe o número 40 – 2003, datada de 30 de maio, vem assinada pelo Senador do PT, Siba Machado e outros. A PEc está hoje na Câmara de Constituição e Justiça e Cidadania da casa, aguardando parecer do relator, já nomeado. A referida PEC tem o seguinte teor e justificativa (08)

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 40, DE 2003

Altera a Constituição Federal para dispor sobre a unicidade sindical e a contribuição sindical obrigatória.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os incisos III e IV do art. 8º da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos individuais e coletivos de seus associados, em questões judiciais ou administrativas, inclusive como substituto processual;

IV – a assembléia geral fixará a contribuição dos associados, que obrigatoriamente será descontada em folha, para custeio da representação sindical respectiva;

.....(NR)”

Art. 2º O disposto nesta emenda aplica-se integralmente as entidades sindicais patronais.

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o inciso II do art. 8º da Constituição Federal.



## **Justificação**

A presente proposta de emenda à Constituição visa a dar novo contorno a dois aspectos fundamentais da organização sindical pátria. São eles a unicidade sindical e a contribuição sindical obrigatória.

O art. 8º da Constituição Federal encerra em si uma combinação, no mínimo, estranha. No caput, consagra o princípio da liberdade sindical, no inciso I, afirma a plena autonomia sindical e, em seguida, no inciso II, estabelece o monopólio de representação sindical por categoria, a chamada unicidade sindical. Além disso, no inciso IV, possibilita a manutenção da contribuição sindical obrigatória, conferindo um poder tributário anômalo aos sindicatos.

Tanto a unicidade sindical quanto a contribuição sindical obrigatória são resquícios da implantação da atividade sindical no Brasil, ocorrida no decorrer da década de 1930, quando os sindicatos eram vistos como órgãos executores de funções delegadas do poder público e instrumentos subordinados à sua vontade.

A unicidade sindical por categoria desempenhou o seu papel de prevenir a fragmentação dos sindicatos e a debilitação de suas respectivas representações numa época em que não havia nos trabalhadores a consciência de classe, o que dificultava a formação dos organismos sindicais e a filiação dos operários a eles.

Nesse panorama, a contribuição sindical obrigatória desempenhava também o importante e essencial papel de dotar de fundos os sindicatos para que os mesmos pudessem funcionar e atender as demandas de seus representados.

Em que pese os argumentos em contrário, entendemos que o período em que o movimento sindical brasileiro necessitava de tamanho paternalismo para evitar o seu colapso encontra-se superado. A moderna organização sindical não florescerá plenamente enquanto pesar sobre ela o

jugo do monopólio da representação, arrimado no financiamento propiciado pela contribuição sindical obrigatória.

A realidade das relações de trabalho atualmente é mais dinâmica, ativa e consciente. Ademais o arcabouço legal vigente, deveras retrógrado, contribui para que sindicatos sem representatividade sobrevivam graças às contribuições compulsórias.

O princípio da liberdade sindical, que fulgura no caput do art. 8º do texto constitucional, implica em assegurar que os grupos de trabalhadores ou de empresários, ligados por uma atividade comum, similar ou conexa, possam constituir o sindicato de sua escolha, com a estruturação que lhes convier; implica ainda que cada trabalhador ou empresário possa filiar-se ou desligar-se do sindicato de sua preferência e, ainda, que as associações sindicais possuam autonomia no que importa à sua organização interna e funcionamento.

Do modo como se encontra estruturada a o referenciado art. 8º, termos que restou atendida a autonomia sindical, conforme se infere do disposto no seu inciso I. Todavia, a liberdade sindical restou traída ao se impor o monopólio de representação sindical e obrigar não associados a contribuir para a associação representativa da categoria.

Neste sentido, a nova redação atribuída ao inciso IV estabelece que a contribuição aprovada em assembléia geral somente será devida pelos associados da entidade sindical respectiva, inclusive patronais, na forma do disposto no art. 2º desta Emenda Constitucional.

Por último, a alteração do inciso III visa dirimir a controvérsia que se estabeleceu sobre a substituição processual na Justiça do Trabalho, até hoje pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Temos a certeza de que a PEC que ora submetemos à apreciação do Senado Federal representará um importante avanço na consolidação do sindicalismo moderno, atuante e independente, fundado

no pluralismo e na liberdade de associação, o que fortalece, em última análise, a democracia em nosso País, razões pelas quais contamos com o apoio dos nossos nobres pares.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2003. – **Siba Machado – Saturnino Braga – Mão Santa – Efraim Moraes – Mozarildo Cavalcanti – Fátima Gleide Almeida Lima – Marco Maciel – Antonio Carlos Valadares – Valmir Raupp – Flávio Arns – Eduardo Azevedo – Reginaldo Duarte – Papaléo Paes – Pedro Simon – Jefferson Péres – Ana Júlia Carepa – Eduardo Suplicy – Patrícia Saboya Gomes – Ideli Salvatti – Hélio Costa – Geraldo Mesquita Júnior Juvêncio da Fonseca – Luiz Otávio – José Maranhão – Eurípides Camargo – João Capiberibe - Tião Viana – Delcídio Amaral – Renan Calheiros – Gilberto Mestrinho.**

Sexta-feira 30 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Maio de 2003

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedada ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município;

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV – a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

.....

*(À Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

Além dos Deputados e Senadores do Partido dos Trabalhadores, o PL – Partido Liberal, coligado com o PT, também apresenta uma PEC, no mês de julho que levou o número 121-2003, a qual foi apensada a PEC 29 – 2003, já referida. A PEC 121 foi de autoria do Deputado Almir Moura do PL – RJ. A seguir a íntegra do texto da nova PEC, com a justificativa do parlamentar (09):

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 121, DE 2003**

**(Do Sr. ALMIR MOURA e outros)**

Dá nova redação aos incisos II e IV do art. 8º da Constituição Federal, a fim de dispor sobre a liberdade sindical.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os incisos II e IV do art. 8º da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

*II – organizações sindicais representativas de trabalhadores e empregadores podem constituir federações, confederações e centrais sindicais e a elas se filiarem, e qualquer uma dessas entidades pode filiar-se a organizações internacionais de trabalhadores e empregadores;*

.....

*IV – é devida contribuição negocial de todos os trabalhadores abrangidos pela negociação coletiva ao sindicato que celebrou acordo ou convenção coletiva que tenha beneficiado esses trabalhadores, além de outras contribuições previstas na norma coletiva, durante a sua vigência;*

....." (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A reforma da legislação trabalhista significa a modernização das relações de trabalho.

Julgamos que é fundamental iniciar a reforma pela alteração do nosso modelo sindical, que ainda prevê a unicidade e a contribuição sindical compulsória, antigo imposto sindical.

O modelo mais democrático para reger as relações entre sindicatos e

entre esses e seus representados é o de liberdade sindical, que não é plenamente adotada pelo Brasil.

Apesar de o *caput* do art. 8º da Constituição Federal dispor ser livre a associação profissional ou sindical, determina que sejam observados limites a essa liberdade.

O primeiro limite é a vedação de criar *“mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”* (inciso II).

Assim, devem ser obedecidos os critérios de categoria profissional e de base territorial. Não é permitido que os trabalhadores criem um sindicato por empresa, tampouco que escolham um sindicato de outra categoria para representá-los; metalúrgicos representando professores, por exemplo.

Outrossim, ainda é devido o imposto sindical, compulsoriamente cobrado dos trabalhadores e empregadores que integram a categoria profissional e econômica, respectivamente, independente da atuação do sindicato.

Cumpre esclarecer que, à época em que a contribuição sindical compulsória foi instituída, a entidade sindical era considerada integrante do Estado e cumpria algumas de suas funções, como oferecer assistência médica e jurídica obrigatória.

Não é mais possível conceber a entidade sindical dessa forma. Após a Constituição de 1988, é inconstitucional exigir dos sindicatos que cumpram qualquer função, que não seja prevista em seus estatutos. O Estado não pode mais impor funções ao sindicato.

Julgamos, portanto, que deve efetivamente ser extinta a cobrança compulsória, que tem caráter de imposto, sem qualquer obrigação de contraprestação.

Por outro lado, não é justo que um sindicato que legitimamente luta pelos interesses de seus representados somente receba a contribuição associativa.

Acreditamos ser justo que todos os beneficiados pela atuação do sindicato contribuam para a sua manutenção, como forma de retribuir a atuação sindical, que gera custos para manutenção de uma estrutura mínima.

É fundamental que a liberdade sindical seja assegurada em todos os seus efeitos e, portanto, alteramos também a redação do inciso II do art. 8º da Constituição para garantir a nossa adequação ao modelo mais democrático de representação sindical, em que os representados têm garantidas a escolha, a organização e a criação da entidade que os representará.

A nossa proposta garante o livre exercício dos direitos sindicais, o que significa o respeito do Estado pelo movimento sindical, que pode se organizar da forma que melhor lhe aprouver, sem as limitações de categoria ou base territorial. É respeitada, portanto, a manifestação dos interlocutores sociais.

A liberdade sindical é princípio fundamental da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que estimula a sua adoção por todos os Estados-membros.

A Convenção Internacional do Trabalho nº 87, que até hoje não pôde ser ratificada e incorporada pelo Brasil, em virtude dos dispositivos constitucionais que pretendemos alterar, é considerada uma das normas essenciais pela OIT.

Já atingimos maturidade democrática suficiente para adotarmos o modelo de liberdade sindical.

Os sindicatos são, nos termos da nossa proposta, legítimos representantes de trabalhadores e empregadores, sem a limitação de categoria ou base territorial.

A negociação coletiva é estimulada mediante a participação de representantes legítimos e não impostos, como no ordenamento jurídico vigente.

Contamos, portanto, com o apoio de nossos nobres Pares, a fim de aprovar a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Deputado ALMIR MOURA

PL/RJ

As propostas de emendas à constituição aconteceram de forma extemporânea, pois enquanto o Executivo Federal anunciava que trataria das reformas de forma a contemplar todos os atores envolvidos, no mesmo momento a sua base aliada apresentava propostas, sem sequer ouvir os interesses dos envolvidos, contrariando frontalmente o discurso de reforma democrática. Ao ser questionado sobre a apresentação de tais propostas, o próprio Presidente da República esclarece que não tem como interferir na vontade do parlamentar, mesmo sendo esse um integrante do mesmo partido. Alega o Presidente de que o parlamentar tem acima de tudo um compromisso com sua base e se essa foi uma iniciativa dela, não tem como interferir.

Muitas análises podem ser feitas da situação, entre elas, juntando-se as peças do mosaico é o fato de que existem muitas matérias em discussão, fazendo com que o foco para o debate seja pulverizado, em outras palavras, existe numa análise simplória da questão um desvio do real objetivo da reforma. Uma coisa é certa, com a apresentação de tais propostas, acontece uma antecipação ao debate que está acontecendo no FNT e aconteceu no CDES.

As propostas modificam a estrutura da organização sindical brasileira, atuando em quatro pontos básicos: acaba com a unicidade sindical, elimina o conceito de categoria



profissional e econômica, legitima as centrais, conferindo-lhes poderes, inclusive o de indicar qual sindicato é mais representativo e qual vai negociar e extingue a contribuição sindical compulsória.

A unicidade sindical que proíbe a existência de mais de uma entidade sindical, de uma mesma categoria, numa mesma base territorial, que não pode ser inferior à área de um município, é substituída por uma nova forma de organização, a partir do local de trabalho que permite a pluralidade das entidades. De acordo com os autores das emendas, é dado o direito de se criar um sindicato da maneira que se julgar oportuno, ratificando-se assim a Convenção 87 da OIT. Antecipando-se ao um possível discurso dos unicistas de que essa pulverização dos sindicatos possibilitaria inclusive a criação de sindicatos com outras finalidades, os autores das propostas, colocam restrições aos trabalhadores de criação de sindicatos políticos ou vinculados uma determinada ideologia ou mesmo criação de sindicato por empresa. Ainda pressupõem os autores de que os trabalhadores serão os senhores da situação, criando novos sindicatos com critérios estabelecidos por eles próprios, mas dificilmente o próprio governo e a classe empresarial compactuarão com tal idéia. Vem aí a questão da estabilidade do dirigente sindical. Com o número de sindicatos existentes hoje, a estabilidade já é questionada, imaginemos um número muito maior de sindicatos, a estabilidade com certeza não existiria.

Com a proposta contida no texto apresentado, a eliminação do conceito de categorias profissionais e econômicas, faria com que o sindicato representasse apenas os associados. Portanto se um determinado trabalhador não for filiado a sindicato, não terá o benefício que esse lhe proporcionaria, ou seja, até mesmo o efeito de uma convenção coletiva ou acordo negociado com a classe empregadora. Vale ressaltar ainda que isso valeria para o trabalhador e para o empregador.

No tocante às centrais, o texto concede às mesmas, atribuindo a elas a prerrogativa de entidade sindical, delegando poderes de forma que as mesmas determinarão qual é o sindicato representativo e, portanto o que assinará o acordo ou convenção. Além disso, as PEC's atribuem ainda para as centrais a capacidade de negociar com a entidade patronal.

Com relação ao financiamento das entidades sindicais, a proposta extingue gradualmente a contribuição sindical e determina que o empregador ficará obrigado a descontar em folha de pagamento do trabalhador e recolher à entidade sindical as contribuições aprovadas nas assembléias, as quais compreendem: mensalidade associativa, contribuição para custeio do sistema confederativo e contribuição de fortalecimento sindical. Diante do fato de que os sindicatos representarão apenas os associados, aquele que porventura não for associado a uma entidade está desobrigado a contribuir ou hipoteticamente, se numa empresa existirem vários sindicatos ou trabalhadores filiados a diversos sindicatos, o empregador deve fazer o desconto conforme determinou a assembléia respectiva.

Para finalizar o tema sobre as PEC's, transcrevemos a seguir o primeiro parecer de 12.08.2003 (10) e o segundo parecer datado de 22.08.2003 (11) do Relator da CCJ da Câmara a PEC 29-2003, a qual recebeu ainda a PEC 121 – 2003, ressaltando que no primeiro o voto foi pela não admissibilidade da mesma e no segundo foi pela admissibilidade. Por se tratar apenas de uma palavra nos dois pareceres, algo nos faz acreditar que foi um erro de digitação.

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003**

*Institui a liberdade sindical, alterando a redação do art. 8º da Constituição Federal.*

**Autor:** Deputado MAURÍCIO RANDS e outros

**Relator:** Deputado CUSTÓDIO MATTOS

#### **I - RELATÓRIO**

*A presente Proposta de Emenda à Constituição visa a alterar dispositivos da Constituição Federal, que tratam da livre associação profissional e sindical.*

*A alteração consiste em modificar o texto dos atuais incisos II, III, IV e VIII do art. 8º, e em acrescentar-lhe os incisos IX e X, com o objetivo de introduzir os seguintes elementos: a) reconhecimento pleno das centrais sindicais e das organizações nos locais de trabalho; b) substituição processual sem limitações, abrangendo sindicato, federação, confederação ou central sindical; c) obrigatoriedade de desconto e repasse aos sindicatos das contribuições voluntárias dos empregados; d) vedação da conduta anti-sindical, com previsão de tutela antecipada específica para reintegrar no emprego ou anular qualquer ato de retaliação contra o trabalhador em virtude de sua participação na vida sindical; e) eliminação da unicidade sindical, com a solução dos conflitos pela legitimidade para negociar sendo resolvidos pelas centrais sindicais ou pela mediação e arbitragem.*

*Além disso, a proposição prevê dispositivo para estabelecer a eliminação gradual da contribuição sindical, na proporção de 20% (vinte por cento) ao ano a partir da promulgação da emenda;*

*É o relatório*

## **II - VOTO DO RELATOR**

*Na conformidade dos arts. 32, III, b, e 202, do Regimento Interno, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação opinar sobre a admissibilidade de proposta de emenda à Constituição, com base nos pressupostos do art. 60 da Carta da República.*

*Importa verificar, inicialmente, o cumprimento do disposto no art. 60, inciso I, da Carta Política, que prevê a obrigatoriedade de a emenda ser proposta pela terça parte, no mínimo, do número de Deputados. Conforme atesta a Secretaria-Geral da Mesa, esta exigência foi atendida.*

*De acordo com o § 1º do art. 60, a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Estas situações incorrem no País.*

*Por seu turno, o art. 60, § 4º, incisos I a IV, contém vedação, segundo a qual não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; ou os direitos e garantias individuais.*

*Não se vislumbra na presente proposição afronta a qualquer desses princípios constitucionais.*

*Isto posto, o voto é pela não admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003.*

*Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2003.*

**Deputado CUSTÓDIO MATTOS**

*Relator*

*proposta em questão objetiva trazer profundas alterações na estrutura sindical em nosso País: a) criando a pluralidade sindical; b) estabelecendo a possibilidade do surgimento de organizações sindicais desde uma única fábrica até a central sindical, mantendo o sindicato, a federação e a confederação, extinguindo as categorias profissionais e econômicas; c) possibilitando a filiação a organizações internacionais de trabalhadores e empregadores; d) instituindo na legislação, pela vez primeira as centrais sindicais, concedendo-lhe o poder jurisdicional (inerente exclusivamente ao Poder Judiciário conforme disciplinam os artigos 92 a 126 da Constituição Federal), de definir qual é a entidade representativa e quem irá negociar, sinalizando para a mediação e arbitragem caso não haja solução pelas centrais; e) extinguindo gradativamente a contribuição sindical e f) obrigando o desconto em folha de pagamento das contribuições associativas, das contribuições para o custeio do sistema confederativo, das contribuições de fortalecimento sindical e de contribuições similares aprovadas pela assembléia da entidade de acordo com os respectivos estatutos.*

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003**

Institui a liberdade sindical, alterando a redação do art. 8º da Constituição Federal.

**Autor:** Deputado MAURÍCIO RANDS e outros

**Relator:** Deputado CUSTÓDIO MATTOS

**I - RELATÓRIO**

A presente Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado **Maurício Rands e outros**, visa a alterar dispositivos da Constituição Federal, que tratam da livre associação profissional e sindical.

A alteração consiste em modificar o texto dos atuais incisos II, III, IV e VIII do art. 8º, e em acrescentar-lhe os incisos IX e X , com o objetivo de introduzir os seguintes elementos:

- a) a) reconhecimento pleno das centrais sindicais e das organizações nos locais de trabalho;
- b) b) substituição processual sem limitações, abrangendo sindicato, federação, confederação ou central sindical;
- c) c) obrigatoriedade de desconto e repasse aos sindicatos das contribuições voluntárias dos empregados;
- d) d) vedação da conduta anti-sindical, com previsão de tutela antecipada específica para reintegrar no emprego ou anular qualquer ato de retaliação contra o trabalhador em virtude de sua participação na vida sindical;
- e) e) eliminação da unicidade sindical, com a solução dos conflitos pela legitimidade para negociar sendo resolvidos pelas centrais sindicais ou pela mediação e arbitragem.

Além disso, a proposição prevê dispositivo para estabelecer a eliminação gradual da contribuição sindical, na proporção de 20% (vinte por cento) ao ano a partir da promulgação da emenda.

Apensada à principal, encontra-se a Proposta de Emenda à Constituição nº 121, de 2003, de que é primeiro signatário o Deputado **Almir Moura**, que, com propósito idêntico, pretende dar nova redação aos incisos II e IV do mesmo art. 8º, sob o argumento da necessidade de garantir adequação a modelo mais democrático de representação sindical, em que os representados têm garantidas a escolha, a organização e a criação da entidade que os representará, e a fim de extinguir a cobrança compulsória da contribuição sindical.

É o relatório

## II - VOTO DO RELATOR

Na conformidade dos arts. 32, III, *b*, e 202, do Regimento Interno, compete

à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação opinar sobre a admissibilidade das propostas de emenda à Constituição, com base nos pressupostos do art. 60 da Carta da República.

Importa verificar, inicialmente, o cumprimento do disposto no art. 60, inciso I, que prevê a obrigatoriedade de a emenda ser proposta pela terça parte, no mínimo, do número de Deputados. Conforme atesta a Secretaria-Geral da Mesa, esta exigência foi atendida.

De acordo com o § 1º do art. 60, a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Estas situações inocorrem no País.

Por seu turno, o art. 60, § 4º, incisos I a IV, contém vedação, segundo a qual não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; ou os direitos e garantias individuais.

Não se vislumbra na presente proposição afronta a qualquer desses princípios constitucionais.

Isto posto, o voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 121, de 2003.

Sala da Comissão, em 21 de agosto de 2003.

Deputado **CUSTÓDIO MATTOS**

Relator

## **11. O DEBATE DOS UNICISTAS COM OS PLURALISTAS**

Diante do quadro que presenciamos, o debate aflorou, como era de se esperar, de um lado os unicistas e de outro os pluralistas. O Governo, mesmo antes de apresentar sua proposta, mas já tem claro qual a sua intenção, pelos pronunciamentos, tanto do Executivo, quanto de sua base aliada e de seus aliados, fomenta o debate. Se de um lado, os defensores da Pluralidade Sindical, principalmente os sindicalistas filiados à CUT – Central Única dos Trabalhadores, tem o discurso de que, já na sua concepção vieram a existir para se contrapor ao sistema unicista que existe no Brasil desde os primórdios da existência do movimento sindical. Já os unicistas apresentam argumentos de que o sistema que existe, legal no Brasil é vitorioso e diante disso não deve ser alterado. Alegam ainda os unicistas que o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, somente foi eleito devido o sistema ser de unicidade. Uma coisa é certa, o debate existe e cada segmento está buscando manter sua estrutura. A Reforma Sindical, com certeza, se ouvir as bases sindicais no Brasil, contemplará a estrutura e não deixará ranço.



## 12. UNICIDADE SINDICAL

É o sistema legal da atual estrutura sindical, que consta na Constituição Federal, no seu artigo 8º, o qual transcrevemos a seguir (10):

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

O conceito de categoria profissional é talvez principal força que aglutina os unicistas, que neste momento contempla não somente segmento dos trabalhadores como também dos empregadores. Argumentam que a partir do momento em que qualquer trabalhador possa se filiar em qualquer sindicato, está implantado o caos. O sindicato somente vai representar o associado e diante disso a convenção ou acordo assinado pelo sindical somente terá valor para quem for associado. Hoje o sindicato representa toda a categoria. Argumentam ainda que com a implantação do sistema plúrimo, quem sairá fortalecido é o empregador que buscará formar um sindicato de seu interesse, negociando logicamente com este sindicato apenas. A alegação de que o trabalhador definirá qual sindicato deseja se filiar e o consentimento do empregador e Governo acontecerá é uma falácia. Enquanto em nosso país não existir um conceito enraizado sobre representatividade sindical, não veremos isso acontecer.

Os unicistas se apegam ao fato de que com o advento da Constituição Federal promulgada em 1988 pelo Congresso Nacional, para se fundar um sindicato não é mais preciso antes se constituir uma associação, conforme preconizava o artigo 512, da CLT – Consolidação das leis do Trabalho. Além disso, o reconhecimento do sindicato não está mais subordinado ao Ministério do Trabalho, basta o registro no órgão competente, que segundo o Supremo Tribunal Federal é o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, servindo o registro no Ministério do Trabalho apenas como cadastro sindical. O Ministério do Trabalho não tem mais competência para delimitar a base territorial do sindicato, sendo prerrogativa dos interessados, não podendo, entretanto, ser inferior a um município.

O estatuto da entidade sindical não está mais subordinado às condições impostas

pelo Poder Público. A intervenção por intermédio do Delegado do Trabalho ou de Junta Interventora, preconizada no artigo 528 da CLT, em razão de circunstâncias que perturbem o funcionamento da entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, deixou de existir, pois, além do disposto no Art. 8º da Constituição Federal de que o sindicato é livre, vedadas ao Poder Público a intervenção e a interferência na organização sindical, também, o inciso XIX do art. 5º da Constituição assegura que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado. As regras e o processo das eleições sindicais não são mais ditados pelo Ministério do Trabalho, devendo ser definidos nos estatutos das entidades sindicais.

Com se observa, existem muitos argumentos. O momento é rico em debate sobre a questão e acreditamos que foi exatamente esse o objetivo do Governo Federal, fomentar o debate.

### 13. PLURALIDADE SINDICAL

Os principais defensores da pluralidade sindical são os dirigentes sindicais cutistas, ou seja, filiados à CUT - Central Única dos Trabalhadores e como já colocamos por uma questão de concepção. Defendem ainda o sindicato orgânico, ou seja, um único sindicato por ramo no país. Os pluralistas defendem ainda que os sindicatos devem ser totalmente independentes do poder público, tanto judicial quanto do executivo. Até mesmo o simples registro de uma entidade sindical é vetado. Alegam ainda os pluralistas que o atual sistema sindical brasileiro é arcaico e ilegítimo, pois foi inspirado na *Carta Del Lavoro*, sendo esta considerada uma verdadeira fonte do direito laboral corporativo. Além disso, defendem que a proibição de criação de mais de um sindicato por Município ou região, ofende o princípio da livre associação. O trabalhador deve ter liberdade de optar pelo sindicato de sua preferência, independentemente de sua categoria profissional. Isso é argumentado de tal forma comparativa de que a associação a sindicato seria igual a escolha de um clube social, igreja ou time de futebol.

O conceito de categoria profissional cairia por terra com a tese da pluralidade, com certeza beneficiando o empregador que com certeza constituiria o sindicato que melhor lhe interessar. Os pluralistas esquecem que no Brasil não vivemos numa Sociedade Salarial, portanto, os representantes sindicais que se digladiam com os empresários em busca da manutenção dos direitos do trabalhador, possuem estabilidade sindical. Com o advento da pluralidade, isso seria impossível, pois a quantidade de sindicatos que existiriam seria algo inimaginável, não devendo a figura da estabilidade existir.

Embora pouco se comente, por não interessar aos defensores da pluralidade sindical, o sindicalismo brasileiro já experimentou esse sistema. A década de trinta foi

marcada pela incrível velocidade com que ocorriam as reformulações políticas e sociais no Brasil. Em função da revolução de 30, dominava no País um profundo sentimento de liberalização, originando diversos movimentos sociais. Inspirado nesse sentimento nacional, foi editado em julho de 1934 o decreto nº 24.694, que se dispunha reformular a sistemática sindical brasileira. O Decreto introduziu no sistema sindical brasileiro o regime da pluralidade sindical, apontado então como requisito indispensável para o desenvolvimento pleno e democrático da instituição sindical brasileira. A Constituição de 1934, que foi aprovada quatro dias após, recepcionou os termos do Decreto nº 24.694. A Constituição previa a existência de “deputados profissionais equivalentes”, numa tentativa de criar um regime democrata-sindical. Os principais aspectos previstos na legislação sindical vigente à época seriam: manutenção da sindicalização por profissão; faculdade do sindicato representar seus associados e também os interesses da profissão respectiva; faculdade de firmar convenções coletivas de trabalho; previsão de sindicatos de empregadores, empregados, profissionais liberais, vedada a sindicalização dos funcionários públicos; liberdade de sindicalização; possibilidade de “pro labore” a diretor ou representante; base territorial diversificada; constituição de uniões, além de Federações e Confederações; direito de preferência a trabalhador sindicalizado.

Entretanto, a história demonstra que o pluralismo sindical na época acusou resultados dos mais negativos e prejudiciais aos trabalhadores. Dentre os diversos fatores que justificam o fracasso da pluralidade sindical no Brasil, destacam-se a participação dos sindicatos na vida política do País, pois houve um desvirtuamento das suas finalidades básicas, e a proliferação de pequenos sindicatos por empresa, o chamado “sindicato amarelo”, criado para atender os interesses dos empresários.

Como afirma SEGADAS VIANNA, (11) “O regime adotado fugia ao sentido de agremiação já vigente e dividia o trabalhador, tornando-o, ao mesmo tempo, presa fácil de políticos inescrupulosos que viam na pluralidade sindical um meio de criar postos de eleitores dominados pelos “cabos” de suas facções, provocando a dissidência e a conseqüente dissociação sempre que outro grupo assumia o poder”.

Criou-se uma infinidade de sindicatos e proliferaram os de empresas, como armas econômicas alimentadas pelos próprios empregadores. Da proliferação de entidades sindicais, a grande maioria sem a menor possibilidade de vida própria, sem prestar qualquer benefício e nem mesmo solidariedade, aos seus associados.

## **14. CONFERÊNCIA ESTADUAL DO TRABALHO NO PARANÁ**

Dando prosseguimento à proposta de envolver toda a sociedade no processo, aconteceu nos dias 05 a 07 de agosto de 2003, a Conferência Estadual do Trabalho, no Paraná, a qual acreditamos ter sido um marco na discussão da estrutura sindical. Reuniu todas as correntes, tanto de trabalhadores, como empregadores, como Governo e profissionais ligados à área. A Conferência foi realizada, sendo coordenada pelo Ministério do Trabalho, através de sua Delegacia Regional, dentro da política do Presidente Lula de buscar a discussão da Reforma Sindical e também a Trabalhista. Fazemos referência ao nosso estado, mas as Conferências aconteceram em todo o país, cumprindo o calendário proposto. Vamos nos ater às questões da Reforma Sindical, debatidas na I Conferência Estadual do Trabalho, deixando de lado as questões trabalhistas.

A convocatória aconteceu para todos os atores interessados na reforma, ou seja, trabalhadores, empregadores, Governo e outros segmentos interessados na reforma, tal como advogados, juízes, Ministério Público, Tribunais, enfim toda sociedade por assim dizer atingida e interessada. Vale ressaltar que dentro do bloco de trabalhadores, estavam todos os segmentos, independentemente se defendem uma estrutura ou outra.

A bancada dos trabalhadores estava representada com todas as suas diferenças, através de Centrais Sindicais, Federações e Sindicatos independentes, a que pese o fato de que num primeiro momento, apenas as centrais foram contempladas, pela própria convocação do Ministério.

A primeira convocação foi geral, mas a partir das seguintes, cada segmento deveria indicar seus representantes, ou seja, os trabalhadores deveriam eleger seus

representantes para comporem a Comissão de Sistematização e Organização da Conferência. Os empregadores da mesma forma e o governo também. Cada bancada deveria se reunir e eleger seus representantes. Cada representante indicado deveria indicar mais oito membros para comporem as comissões de discussão, que deveriam se reunir num determinado período, estando assunto pré-estabelecido pelo Ministério, através de uma espécie de questionário.

Todas essas reuniões e debates culminaram com a Conferência. Além disso, a Conferência foi interiorizada, ou seja, foram realizadas conferências regionais em vários locais do estado. De posse de toda essa documentação, a relatoria do processo, sistematizou um documento que serviria por base para o debate na Conferência Estadual. Por fim, essa conferência aconteceu na data indicada e o relatório final aprovado pela Comissão de Sistematização, ficou assim constituído(13):

É consenso que devam ser ratificadas pelo Brasil as Convenções 98 e 135 da OIT, incorporando-as ao ordenamento jurídico nacional.

Em relação às Convenções n.º 87 e 151, da OIT, a maioria recomenda a não ratificação, ao passo que a minoria sugere a sua ratificação.

Há sugestão, também por uma minoria, no sentido de condicionar a ratificação da Convenção 87 à ratificação da Convenção 158 da OIT.

Não há consenso em torno da manutenção do princípio da unicidade sindical ou transição para um modelo de pluralidade sindical. A maioria recomenda a preservação do princípio da unicidade sindical, conforme estabelecido no artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal, sendo que nesta hipótese, há consenso que para o reconhecimento e criação de sindicatos e o enquadramento sindical, deverá haver legislação ordinária disciplinando a matéria. Por outro lado, a posição minoritária externada é pela adoção da pluralidade sindical, com a ratificação da Convenção 87 da OIT.



A posição minoritária sugere a manutenção da redação do inciso III do artigo 8º da Constituição Federal, com as limitações do Enunciado 310 do TST; no entanto, a maioria recomenda a alteração da norma constitucional, para que seja adotada a seguinte redação: *“Às entidades sindicais cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos dos integrantes da categoria econômica ou profissional, inclusive como substituto processual, em questões judiciais ou administrativas”*.

É posição minoritária, digna de registro, e apontadas como sugestão, que tanto na hipótese da de pluralidade quando na de unicidade sindical, o reconhecimento e criação de sindicatos e o enquadramento sindical devam ser disciplinados por lei ordinária.

#### **Crítérios de representação e de representatividade sindical:**

Recomenda-se o reconhecimento das Centrais Sindicais como entidades de representação sindical superior.

Sugere-se a criação de um Conselho Deliberativo de reconhecimento e enquadramento sindical.

É posição minoritária, digna de registro, e apontadas como sugestão, que tanto na hipótese da de pluralidade quando na de unicidade sindical e, pela maioria, somente na hipótese de manutenção da unicidade sindical, o reconhecimento e criação de sindicatos e o enquadramento sindical devam ser disciplinados por lei ordinária.

#### **Representatividade coletiva nos locais de trabalho:**

Enquanto a minoria, em posição considerada digna de registro, indica a manutenção da redação do artigo 11, da Constituição Federal de 1988, a maioria recomenda a alteração da redação do artigo 11 da Constituição Federal para: a) assegurar ao representante eleito pelos empregados as garantias previstas no artigo 543 da CLT; b) assegurar a participação do sindicato no processo eleitoral; c) excluir a limitação de aplicação do dispositivo somente às empresas com mais de 200 empregados; d) regular a escolha do representante através da legislação ordinária.

Há sugestão para a existência de Delegados de base nos locais de trabalho, detentores de estabilidade, na proporção de 01 para cada 50 empregados, sendo no mínimo 01 para mais de 10 até 50 empregados.

#### **Sustentação financeira das organizações sindicais:**

##### **Apenas uma minoria sugere a extinção da contribuição sindical compulsória.**

Recomenda-se a fixação de uma taxa negocial, aprovada em Assembléia, segundo critério da razoabilidade, a ser incluída nos instrumentos normativos e a ser paga por todos os beneficiados por tais instrumentos.

Recomenda-se a manutenção da contribuição sindical compulsória; na hipótese de sua extinção, recomenda-se, então, a regulamentação da contribuição confederativa prevista no inciso IV, do artigo 8º da Constituição Federal, a qual deverá ser aprovada em Assembléia da categoria e será extensiva a sindicalizados ou não sindicalizados.

#### **Regras de transição para o novo modelo de organização sindical:**

É consenso que na hipótese de alteração da estrutura sindical deverá haver uma legislação de transição de sorte a garantir a preservação dos direitos sindicais e trabalhistas.

Ao tratar dos demais temas relacionados à organização sindical, em especial em relação às **garantias sindicais**, tendo em vista o consenso obtido, propõe que o artigo 522 da CLT seja revisto, de sorte a assegurar a proporcionalidade do número de dirigentes sindicais em relação ao número de integrantes da categoria e da extensão da base territorial.

Ficou claro que no debate, conforme relatório final apresentado, envolvendo todos os atores que tem interesse na reforma Sindical, que dificilmente acontecem consensos. Isso

é óbvio, tendo em vista que a estrutura sindical brasileira está enraizada em conceitos que vem se formando há um século. Diante disso, os interesses dificilmente serão convergentes. Uma coisa é certa, se todos são favoráveis à reforma sindical, todos devem ceder um pouco, não existindo dessa forma o que poderíamos taxar de vitoriosos.

O resultado da Conferência Estadual do Trabalho no Paraná é apenas um exemplo da variedade de opiniões sobre o tema. Demonstra o trabalho que será apresentar um relatório final do FNT, que em tese norteará o projeto de Reforma Sindical a ser apresentado pelo Governo Lula.

## 15. A QUESTÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS

As centrais sindicais no Brasil não estão reconhecidas legalmente, mas tem seu reconhecimento político, de fato. Em todos os Conselhos Nacionais constituídos as Centrais Sindicais têm assento. Apesar do baixo índice de filiação de sindicatos, conforme a pesquisa do IBGE, apenas 38% dos sindicatos são filiados a Centrais, com certeza, após o reconhecimento de direito das centrais, esse percentual vai aumentar e bastante. Na realidade as centrais sindicais ocupam hoje o espaço que as Confederações deixaram de ocupar, o reconhecimento é na verdade na prática. Com a reforma sindical que deverá acontecer com certeza, pois, um ponto é consenso em todos os atores que participam dessa discussão, a reforma é necessária, discute-se apenas a forma e a dose em que ela virá. No histórico deste trabalho, estão relacionadas as datas da criação das centrais no Brasil. O artigo 8º da Constituição Federal necessita ser adaptado para que possa contemplar a representação das centrais. Existe ainda uma linha que discute a nova estrutura sindical que defende que o artigo 8º não deve ser tocado, devendo as centrais serem reconhecidas através de legislação ordinária, o que não contempla a totalidade dos anseios das mesmas. Afinal, esse debate é rico e com certeza se não contemplar tudo o que cada parte reivindica, com certeza vamos chegar a um bom termo.

O reconhecimento da central abre outro debate: em que posição da pirâmide sindical a central ocupará seu espaço? Se o reconhecimento for pela alteração da Constituição, com certeza elas ocuparão o topo da pirâmide, devendo os sindicatos serem filiados a central, deixando a estrutura das confederações e federações obsoleta. Essa é a resistência. Resta às entidades que organizam suas categorias nos estados e nacionalmente continuar ocupando esse espaço, organizando suas categorias, como

secretarias ou departamentos, tanto nacional como estadual, de acordo com o ramo de atividade. Por exemplo, podemos citar o caso dos bancários: um sindicato se filia na central e sua confederação organiza o ramo nacionalmente e cada estado organiza o ramo via federação. É uma questão de ocupar espaço da forma mais racional possível. Mas, se a proposta vitoriosa da reforma for a de sindicato orgânico, até mesmo a central terá dificuldade de existir, uma vez que um sindicato terá uma atuação nacional, sendo uma espécie de competidor com a respectiva central. Vem daí ainda a discussão do papel da central, as propostas que estão aparecendo via PEC's, defendem que a central terá o papel inclusive de negociar. Isso com certeza será bastante prejudicial, uma vez que tirará o papel do sindicato.

## 16. CUSTEIO DOS SINDICATOS

O custeio dos sindicatos é outro pivô de debate e acirrado, pois os unicistas defendem que a contribuição deve ser compulsória, já os pluralistas defendem o custeio aprovado em assembléia. Essa é outra polêmica que deverá ser solucionada. O custeio compulsório existe e é vinculado à legislação, ou seja, o trabalhador deve contribuir com um dia de trabalho por ano para o sindicato que representa sua categoria. Esse percentual é de 0,33% sobre seu salário e é descontado no mês de março de cada ano. O sindicato que fará juízo a esse recebimento, perceberá 60% do que o trabalhador contribuiu, ficando o restante dos 40% distribuído da seguinte maneira: 20% para o Governo( Ministério do Trabalho e Emprego), 5% para a Confederação Nacional da categoria e 15% para a Federação da categoria. A Constituição Federal, no próprio artigo 8º estabelece essa obrigatoriedade mas abre um precedente de cobrança de uma nova taxa, a taxa confederativa que deve ser estabelecida pela assembléia. Essa taxa é cobrada de algumas categorias profissionais e nesse ponto acontece um certo excesso por parte da assembléia, sendo na maioria das vezes fixado em 1% do salário do trabalhador ao ano. Isso monta em 12% ao ano, além do imposto obrigatório que dá 0,33% ao ano. Além disso os sindicatos recebem uma parcela do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, que deve ser usado para políticas de formação e qualificação profissional, devendo os sindicatos se habilitar para receber essa verba, com projetos de formação, através dos Conselhos do Trabalho, coordenados pelo CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Esse valor recebido deve ser prestado contas ao próprio FAT. Além desses recebimentos, o trabalhador que é associado ao sindicato deve pagar uma mensalidade, que é fixada pela Entidade. A contrapartida dessa

mensalidade é dada ao trabalhador em forma de assistência, quer seja social, jurídica ou de lazer.

Muito existe de discussão na forma de custeio, inclusive o trabalhador consultado é favorável à manutenção da atual sistemática, ou seja, a compulsoriedade da contribuição, temeroso de que o sindicato venha a aprovar em assembléia uma taxa muito superior a atual. Os sindicatos pluralistas, defendem o sistema europeu, ou seja, uma forma de contribuição tripartite, sendo gerada por verba orçamentária, mensalidade e contribuição negocial. Oportuno se faz, apresentar um texto que trata especificamente da questão do custeio das entidades, de autoria de José Pastore, que dispensa comentários (14).

#### **A sustentação financeira dos sindicatos**

A reforma sindical é parecida com a tributária: muitos defendem o fim da contribuição sindical compulsória mas poucos propõem um substituto que as partes aceitem.

Não há dúvida que um grande número dos 15.961 sindicatos do Brasil são de "gaveta" e só existem para embolsar a contribuição sindical. Cerca de 70% deles, porém, dizem realizar negociações coletivas (*Pesquisa Sindical*, Rio de Janeiro: IBGE, 2001). Na hipótese de se acabar com a contribuição compulsória, de onde virão os recursos para os serviços de negociação, estudos, formação de dirigentes, campanhas salariais e greves?

Ao fazer essas perguntas não vai nenhuma insinuação para se manter aquela contribuição. Elas visam apenas orientar o trabalho dos responsáveis pela reforma sindical na busca de fontes alternativas de recursos para os sindicatos.

Como raramente se pode contar com o aporte voluntário dos associados, muitos países adotam a figura da contribuição "negocial" ou de "solidariedade". Os beneficiados de uma negociação coletiva (empregados e empregadores) são obrigados a recolher para o respectivo sindicato os recursos

gastos naquela campanha, como ocorre, por exemplo, no México, Colômbia, Argentina e vários países da Europa (Sérgio Pinto Martins, ***Contribuições Sindicais***, São Paulo: Editora Atlas, 1998). A obrigatoriedade é geralmente garantida por lei, e o valor é fixado pela assembleia sindical ou pelo contrato coletivo.

São raros os sindicatos que conseguem viver somente de contribuições espontâneas de seus filiados. Para "induzir o voluntarismo", alguns tentam restringir os benefícios da negociação aos que se associam (e pagam) aos sindicatos. Mas isso é difícil. Na prática, os benefícios se estendem a todos os empregados das empresas cobertas pela negociação.

O PT e a CUT gostam dos modelos europeus onde inexistia contribuição compulsória como no Brasil. Ocorre que os sindicatos de trabalhadores da Europa, além de receberem as contribuições de solidariedade, são alimentados com recursos generosos, do governo e das empresas.

O caso da Espanha é eloquente. Além da contribuição de solidariedade ("canon de negociación"), os sindicatos recebem subvenções pela participação em órgãos públicos responsáveis pelo seguro-desemprego, aposentadoria e pensões, saúde e segurança e outros; pela prestação de serviços junto a entidades governamentais que cuidam da formação profissional, supervisão da previdência complementar, convênios de saúde, etc. Além disso, incrível (!), recebem recursos das empresas: créditos horários para atividade sindical, ajuda às comissões intra-empresariais, atividades educacionais, esportivas, culturais e outras.

Aliás, na Europa, o recebimento de recursos do governo por participação em colegiados, comissões, comitês e órgãos públicos é generalizado. Na França, por exemplo, os sindicatos recebem verbas do governo para participar de centenas de colegiados tripartites de níveis local, regional e nacional; contam com verbas das prefeituras e subvenções do Ministério do Trabalho (formação profissional, saúde e segurança); ganham recursos de ministérios de outras áreas para funções específicas na educação, saúde, agricultura, etc.; e recebem subvenções contínuas do Primeiro Ministro para o funcionamento do IRES (Institut de Recherches Économiques et Sociales). No agregado, tais recursos representam cerca de 40% da receita total dos sindicatos franceses



(Hubert Landier e Daniel Labbé, ***Les Organisations Syndicales en France***, Paris: Les Editions Liasons, 2000).

Por força da CLT francesa, "***Code du Travail***", art. 434-8, os empregadores com mais de 50 empregados são obrigados a manter os "comitês de empresa" e ceder local, mobiliário, equipamento, meios de comunicação, etc. para o bom funcionamento daquelas unidades. Além disso, eles têm de pagar aos comitês um mínimo de 0,2% da folha de salários, fixado em lei, ou um outro valor, acertado no contrato coletivo de trabalho. Na prática, o percentual tem variado entre 0,5% e 2% - nas grandes empresas, chega a 5% da folha de salários (Patrick Duncombe, ***Le Comité d' Enterprise dans le Cadre Européen***, Paris: Hermesnet, 1998).

Em resumo: ao acabar com a contribuição sindical compulsória, os responsáveis pela reforma sindical terão de propor alternativas de sustentação financeira. Será que o Brasil vai querer adotar os modelos acima citados nos quais trabalhadores, empresas e governo financiam os sindicatos? É isso que constitui um sindicalismo "livre e autônomo"? Quanto vai custar para cada parte? Elas estão de acordo?

## **17. O OUTRO LADO – A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS**

Visualizando que não será nada fácil, os trabalhadores e empresários que não concordam com todas as propostas defendidas pelo Governo Lula, estão se organizando e promovendo o debate entre seus pares. O que realmente levou a esse tipo de organização foram os critérios determinados pelo Ministério do Trabalho sobre o conceito de consenso. O consenso apregoado pelo MTE é de unanimidade. A unanimidade num processo como esse é praticamente impossível, sendo ainda perigosa. Isso levou as forças que também pregam a reforma, mas que tem posições divergentes a se organizarem.

Até o momento, todos os segmentos vêm participando dos fóruns oficiais do Governo e neles obtiveram informações sobre a condução da reforma. A organização se deu de diversas formas, mas está acontecendo em todo o país. Procuraremos apresentar o que está divulgado até o presente momento, mas salientamos que o processo é dinâmico e muitas coisas surgem dia após dia.

## 18. FST – FORUM SINDICAL DOS TRABALHADORES

A fundação do Fórum acontece em Brasília, no dia 30 de julho, um dia após o Governo Lula criar o FNT. Esse Fórum reuniu na capital brasileira 288 federações de trabalhadores e 14 confederações de trabalhadores urbanos e rurais, privados e públicos. O Fórum contou ainda com a presença de parlamentares que são solidários com a manutenção da atual estrutura sindical, do próprio Partido dos Trabalhadores e da base aliada do Governo Federal, como foi o caso do PC do B.

As lideranças reunidas redigiram um documento intitulado; “Manifesto do Fórum Sindical dos Trabalhadores”. O documento faz uma retrospectiva da estrutura sindical no país existente há mais de 60 anos, defendendo o sistema confederativo. Lembram no documento que a estrutura atual sempre esteve à frente das principais lutas no país, citando a criação da CSN , da Petrobrás, resistência ao regime militar e redemocratização do país com o movimento Diretas Já. Lembram ainda da luta pelo impeachment de Collor e da eleição do atual Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. O documento contempla ainda que a Constituição Federal vigente assegura ampla liberdade de organização sindical, respeitando-se a unicidade sindical e a estrutura confederativa. Pedem no Manifesto que as PEC’s que tramitam no Congresso nacional sejam desconsideradas até que se discuta no FNT a proposta de estrutura sindical ideal para o país. Além disso, se colocam à disposição do Governo Lula para enfrentar a luta pelo desenvolvimento do país, prestando como que um juramento em favor da nação. Finalmente reafirmam que a estrutura sindical deve ser mantida, sob pena de ser implantado no país uma situação caótica.

Essa foi a primeira reunião nacional do Fórum. Com esse advento, a idéia alastrou-se pelo país e cada estado ou região construiu seus fóruns que reivindicam na essência as mesmas coisas. Isso chamou a atenção do Presidente Lula ao ponto de que, na formação do FNT, chamou pelo menos uma Confederação para compor o quadro, diferentemente da proposta inicial. Além disso, abriu o debate com as Confederações de trabalhadores do país. O próprio Presidente atendeu as Entidades, recebendo os documentos e suas propostas, abrindo o Ministério do trabalho para que as Confederações possam apresentar suas propostas.

O secretário Executivo do MTE, já recebeu em duas oportunidades as Confederações e numa das reuniões discutiu-se o critério de representatividade dos sindicatos. O Secretário expôs que a proposta do Governo nesse ponto é de que as existam duas formas de mensurar a representatividade. A primeira delas é a efetiva, onde seria definido por consenso qual o número de filiados que a Entidade deveria ter para ser representativa, em todos os graus, quer sindicato, federação, confederação ou central. A segunda forma seria a relativa, ou seja a entidade para alcançar a representatividade teria um prazo para isso.

O debate está fluindo, mostrando que ele deve acontecer para que todos os segmentos sejam ouvidos e tragam suas propostas.

## **19. FORUM SINDICAL PARANÁ**

O Fórum Sindical Paraná foi criado no dia 02 de julho de 2003, em Curitiba e nasceu de uma discussão da necessidade de todos os segmentos que defendem a mesma proposta se aglutinarem e debaterem. O Fórum Sindical Paraná nasceu de uma forma diferente. Contempla além dos trabalhadores, os empregadores. Isso é inédito no país, tendo em vista que historicamente o capital e o trabalho sempre foram considerados inimigos naturais. Foi encontrada resistência de alguns setores, mas o Fórum foi criado e nasce com as seguintes propostas: 1) Defesa do Sistema de Unicidade Sindical estabelecido no artigo 8º, inciso II da CF, com manutenção do sistema de categorias econômicas e profissionais; 2) Reconhecimento das Centrais Sindicais, para que as mesmas possam ser incluídas no sistema sindical confederativo brasileiro; 3) Analisar o sistema legal de fundação, registro e controle das Entidades Sindicais profissionais e econômicas; 4) Custeio compulsório das entidades sindicais e 5) Regulamentação do direito de fixar a contribuição assistencial em acordos e convenções coletivas de trabalho, descontada dos salários de todos os trabalhadores beneficiados nos instrumentos normativos.

O Fórum elaborou um manifesto, o qual foi amplamente divulgado e distribuído por ocasião da realização da constituição do Fórum Nacional dos Trabalhadores. Note-se que o Fórum Paraná não leva o mesmo nome do Fórum nacional, primeiro por ter sido construído antes daquele e segundo pelo fato de que contempla trabalhadores e empresários.

A experiência tem sido interessante e vitoriosa, pois, do Fórum Sindical Paraná, surgiu a proposta de aglutinação de todo o sul do país e para isso, foi levada a proposta a termo.

## 20. FORUM SINDICAL SUL

Por iniciativa dos paranaenses, foi realizada uma reunião dos três estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no dia 19 de agosto de 2003, em Florianópolis para debater a unidade do sul do Brasil.

A idéia foi oportuna e no mesmo dia foi criado o Fórum Sindical Sul, com a presença de federações de trabalhadores dos três estados e representações patronais. Nesse momento, a representação patronal foi questionada, por setores mais conservadores do sindicalismo presente. O Fórum Sindical Sul nasce com uma tripla tarefa: primeiro, rebater a tramitação das PEC's no Congresso, segundo, criar uma frente parlamentar para debater com os deputados e senadores do Sul e terceiro realizar um mega encontro para medir o potencial do Fórum.

No mesmo dia foi criada a frente parlamentar que já elaborou um documento convidando os parlamentares para o Encontro. Elaborou-se ainda um documento enviado a todos os parlamentares, pedindo a suspensão da tramitação das PEC's no Congresso, até que se defina qual é a proposta do Governo. Ficou agendado a realização do I Encontro Interestadual do Fórum Sindical Sul, no Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, no dia 03 de outubro de 2003.

Desse momento em diante, o Fórum Sindical Sul já existia e começou a se articular, primeiro com o contato parlamentar, segundo com a construção do I Encontro.

O I Encontro Interestadual realizado em Foz do Iguaçu foi um sucesso, reuniu mais de 900 dirigentes sindicais que representaram 375 sindicatos, 345 federações, 12 entidades patronais, 5 federações interestaduais, 5 centrais sindicais e 7 confederações nacionais. Infelizmente, a presença de parlamentares ficou prejudicada, pois a data coincidiu com o dia final para filiações partidárias e a maioria justificou a ausência. Outro fator importante, foi a presença de representante do Ministério do Trabalho no evento, que pode constatar *in loco* a organização e mobilização das entidades sindicais.

O documento elaborado, intitulou-se: "Carta do Sul do Brasil" e tem o seguinte conteúdo (15):

#### **CARTA DO SUL DO BRASIL**

##### **FOZ DO IGUAÇU(PR)**

As Federações e Sindicatos de Trabalhadores e Federações de Empregadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná reunidos no Fórum Sindical Sul, no Hotel Carimã, Rodovia das Cataratas Km 10, Foz do Iguaçu, Paraná, reafirmam as decisões já adotadas em Fóruns realizados em Brasília e nos três Estados da região sul: **a luta pela manutenção do artigo 8º da Constituição Federal de 1988, em defesa do sistema confederativo da representação sindical.**

O Fórum Sindical Sul é a consolidação da unidade das entidades sindicais dos trabalhadores e empregadores na defesa dos direitos fundamentais do trabalho e do desenvolvimento econômico independente, onde o crescimento tenha como pressuposto a soberania nacional, promovendo a geração de empregos na cidade e no campo, a distribuição de renda nacional e a inclusão social.

A unicidade sindical é um sistema que fortalece a liberdade e autonomia da organização dos trabalhadores e dos empregadores e sua manutenção é condição fundamental para a preservação dos direitos dos trabalhadores e das relações de trabalho harmônicas que possibilitem o crescimento econômico do país.



A manutenção da contribuição compulsória paga pelos trabalhadores e pelas empresas possibilita a existência das entidades que representam todos os setores da economia, especialmente para que sejam possíveis as negociações coletivas, nas quais são estabelecidas as condições de trabalho e salário em todo país.

É necessário que todos os projetos de emenda constitucional sobre a reforma sindical tenham suas tramitações suspensas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como não seja levada a voto a Convenção 87 da OIT no Senado Federal, tendo em vista a necessidade de ser aprofundado o debate sobre as questões relacionadas com a estrutura sindical brasileira.

Consideramos também que nenhuma proposta de reforma sindical deva ser elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego que não tenha o amplo apoio de todas as entidades sindicais de trabalhadores e empregadores, a fim de que possam ter legitimidade e que não seja derivada das decisões minoritárias de grupos não representativos da vontade do conjunto do movimento sindical brasileiro que hoje é claramente favorável a manutenção da unicidade sindical.

Conclamamos a todas as demais entidades sindicais de trabalhadores e de empresários a se incorporarem ao nosso movimento na defesa da manutenção do artigo 8º da constituição Federal, assim como queremos o apoio fundamental dos nobres Deputados Federais, Senadores e dos Partidos Políticos para nossa luta em favor das garantias constitucionais conquistadas arduamente nas lutas dos trabalhadores ao longo do tempo.

O Fórum Sindical Sul tem a certeza de que é a expressão da vontade das entidades representativas de trabalhadores e empregadores, que alavanca a construção de uma sociedade em que todos possam usufruir do crescimento econômico e na qual os direitos sociais sejam garantidos.

- EM DEFESA DO ARTIGO 8º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
- NA LUTA PELA UNICIDADE SINDICAL
- PELA MANUTENÇÃO DO CUSTEIO COMPULSÓRIO
- PELA RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

- POR MAIS E MELHORES EMPREGOS
- PELA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS

Foz do Iguaçu - PR, 03 de outubro de 2003

Vale ressaltar que o Fórum Sindical Sul, apresenta em seu documento, proposta de retomada do crescimento, empregos, além das reivindicações específicas da estrutura sindical. A próxima atividade do Fórum é a realização do II Encontro do Fórum Sindical Sul em Porto Alegre, no final de novembro.

## 21. CONCLUSÃO

Diante da situação anacrônica comprovada que se encontra o sindicalismo em nosso país, somamos a isso o estado letárgico dos dirigentes sindicais. A história do sindicalismo brasileiro é recente, mas nem por isso deveria se encontrar na situação que está. Os dirigentes simplesmente se acomodaram. Não existe reciclagem, a grande maioria está “encastelada” em suas Entidades, sequer abrindo oportunidade para novos dirigentes.

A isso atribuímos numa primeira análise a dois aspectos: primeiro à questão da estabilidade do dirigente sindical, que só existe enquanto o mesmo for diretor de um sindicato. Quando vence seu mandato, se o mesmo retornar a seu emprego anterior, o mesmo com certeza será dispensado. Segundo, o comodismo é tanto que no mandato que o mesmo ocupou ou mandatos, esse dirigente não encontrou nenhuma resistência para renovação, preferindo ele mesmo se manter no cargo.

Hoje conhecemos sindicatos que existem há 15 ou 20 anos e desde a sua fundação sempre foi o mesmo presidente. Se a legislação existente não engessasse a questão, garantindo estabilidade sindical, com certeza não aconteceria isso. Logicamente que deveria ser aplicada uma regra de que não haveria uma espécie de perseguição do ex-dirigente sindical.

Retomando a questão da letargia, essa somente acontece até mesmo pelo fato de que, o sindicato representa toda a categoria mas somente podem votar e ser votados os associados. No momento em que o sindicato assina um acordo ou convenção coletiva, essa tem validade para todos, dessa forma também deveria ser no momento da eleição,

toda a categoria deveria opinar. Isso seria elementar pelo fato de que toda a categoria contribui para o sindicato, através da compulsoriedade do imposto. Essa obrigação de pagar o sindicato deve existir, pelo simples fato de que todos são beneficiados com a negociação coletiva. A associação também deve existir e para tanto o associado deve contribuir, mas essa adesão ao sindicato deve ser mantida livre, vem daí o poder de convencimento do sindicato.

Diante de tudo o que acontece, para viabilizar uma reforma sindical, os atores devem se desprender de seus interesses, que na maioria das vezes são pessoais, tanto por motivos legais ou por motivos de personalização ao cargo.

Dizer que o Governo está completamente certo em sua postura de reforma é um tanto precipitado, principalmente diante do fato de que o Governo está incipiente em seu propósito e que só aglutinou como seus pares o segmento que realmente quer ver a estrutura atual definhando. Todos têm seus valores e partindo-se desse pressuposto, com certeza será formatada uma reforma que realmente contemple as partes.

O redesenho do movimento sindical é imperativo, mas a discussão deve ser uma constante e todos os atores devem ser ouvidos, pelo simples fato de que o maior prejudicado será o trabalhador, isso sem fazer referência ao ex-trabalhador que hoje atua na informalidade e na informalidade degradante.

## 22. Referências

- 1 – Brito, Ruy, “Movimento Sindical” Ipros, 1996.
- 2 – Moraes, Evaristo Fº, “Introdução ao Direito do Trabalho”, Editora 19.
- 3 – Rodrigues, Edgar, “História do Movimento Anarquista no Brasil”,  
[www.galeon.hispavista.Com](http://www.galeon.hispavista.Com)
- 4 – Vianna, L. Werneck, Liberalismo e Sindicato no Brasil, Editora Paz e Terra, 1976.
- 5- Presidência da República. Disponível <http://www.presidencia.gov.br/cdes/> (acessado em 20.09.2003)
- 6- Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível <http://www.fnt.mte.gov.br> (acessado em 25.09.2003)
- 7-Organização Internacional do Trabalho - OIT. Disponível <http://www.ilo.org.br/public/portuguese/region/ampro/brasil/rules/organiza.htm> (acessado em 02.10.2003)
- 8-Câmara Federal. Disponível <http://www.camara.gov.br> (acessado em 01.10.2003)
- 9-Senado Federal. Disponível <http://www.senado.gov.br> (acessado em 01.10.2003)
- 10-Câmara Federal. Disponível <http://www.camara.gov.br> (acessado em 01.10.2003)
- 11-Constituição Federal, 1988, 21ª Edição – Editora Atlas – 2003
- 12- Vianna, Segadas, “O Sindicato no Brasil” - Olímpica Editora, 1953
- 13-Relatório Final da Conferência Estadual do Trabalho – Paraná, 2003, Relatora Professora Aldacy Rachid Coutinho.
- 14-Pastore, José, 2003. Disponível <http://www.josepastore.com.br/artigos> (acessado em 10.10.2003)
- 15-Forum Sindical Sul. Disponível <http://www.feebpr.org.br/forumsindical.htm> (acessado em 20.10.2003)